

**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
**Faculdade de Ciências e Letras**  
**Campus de Araraquara - SP**

AMANDA DE LIMA MARTINS

UM ESTUDO DA RECENTE TRANSFORMAÇÃO NA ESTRUTURA SOCIAL DO BRASIL:

NOVA CLASSE MÉDIA?



ORIENTADOR: PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> ANDRÉ LUIZ CORRÊA

ARARAQUARA – SP  
2014

AMANDA DE LIMA MARTINS

UM ESTUDO DA RECENTE TRANSFORMAÇÃO NA ESTRUTURA SOCIAL DO BRASIL:

NOVA CLASSE MÉDIA?

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em Economia da  
Faculdade de Ciências e Letras –  
UNESP/Araraquara, como requisito para  
obtenção do título de Mestre em Economia

**Linha de pesquisa:** Economia Brasileira

**Orientador:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> André Luiz Corrêa

**Bolsa:** CAPES

ARARAQUARA – SP  
2014

Amanda de Lima Martins  
Matrícula:

UM ESTUDO DA RECENTE TRANSFORMAÇÃO NA ESTRUTURA SOCIAL DO BRASIL:  
NOVA CLASSE MÉDIA?

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em Economia da  
Faculdade de Ciências e Letras –  
UNESP/Araraquara, como requisito para  
obtenção do título de Mestre em Economia

**Linha de pesquisa:** Economia Brasileira

**Orientador:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> André Luiz Corrêa

**Bolsa:** CAPES

Data da Aprovação: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

---

Prof. Dr. André Luiz Corrêa - FCLAR/UNESP  
(Orientador)

---

Prof. Dr. Alexandre Sartoris Neto - FCLAR/UNESP

---

Prof. Dr. Alexandre Gori Maia - IE/UNICAMP

ARARAQUARA – SP  
2014



*Ao povo trabalhador, aos batalhadores brasileiros.*

## AGRADECIMENTOS

O tema desenvolvido nesta dissertação nasceu de discussões e reflexões que realizei com meus amigos mais próximos, Priscila, Agnes, Paula, Ada e meu pai. Sou imensamente grata aos bons momentos que passamos conversando sobre a “Nova Classe Média”, os questionamentos levantados me deram forças para buscar respostas.

Agradeço especialmente aos meus pais por me incentivarem incondicionalmente, mesmo quando a conjuntura não era a melhor. À minha mãe pelo carinho, pelas palavras de incentivo e pelas orações e ao meu pai por me trazer a realidade e me ensinar a me permitir um pouco mais. A minha avó, minha segunda mãe, que se fez tão presente neste momento da minha vida, me auxiliou inúmeras vezes para que eu conseguisse concluir esta etapa.

Ao meu orientador Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> André Luiz Corrêa, sem ele este trabalho não teria sido possível. Muito obrigada pela compreensão, pelas reuniões por Skype, pela parceria e dedicação. Agradeço também a CAPES por me auxiliar no desenvolvimento desta pós-graduação.

Meu agradecimento aos meus amigos de mestrado Edmilson, Felipe e Mariú, ao nosso grupo “GOUT” que rendeu tantas risadas e consolos nas horas difíceis. Em especial as minhas amigas que quero levar para a vida toda Marina e Marília que tornam o tempo de mestrado mais leve. Às minhas companheiras de Kit em Araraquara Jéssica e Ana Cristina pelas caminhadas e comilanças divertidas.

Ao Lucas, pelo companheirismo, amor, carinho, compreensão, entre outras tantas qualidades que ele tem compartilhado comigo ao longo desses anos. Muito obrigado por fazer parte da minha vida e me auxiliar na busca contínua da melhor versão de mim mesma.



## RESUMO

O recente período de dinamização econômica no Brasil, alavancado pelo modelo de consumo de massa, políticas de renda e políticas sociais, provocaram uma mudança na estrutura social do país. Pesquisas apontam uma considerável diminuição da pobreza e neste contexto, surgiu o questionamento: quem são estas pessoas? Caso tenham deixado de ser pobres, como classificá-las de acordo com a situação econômica? A fim de responder a tais indagações, nasceram diferentes abordagens, como aquelas que julgam que esta é uma nova classe média ou as que consideram que esta é uma parcela da classe trabalhadora que continua a ser superexplorada, dentre outras visões. Contudo, torna-se relevante analisar a real existência de uma nova classe social e se esta pode ser identificada como classe média.

**Palavras-Chave:** Estrutura Social, Nova Classe Média, Classe C, Classe Média.

## ABSTRACT

The recent period of economic dynamism in Brazil, driven by mass consumption model, income policy and social policy, caused a change in the social structure of the country. Studies show a considerable reduction of poverty and in this context, a question arose: who are these people? If they have ceased to be poor, what are they? In order to answer these questions, different approaches were born, like those who think that this is a new middle class or those who believe that this is a part of the working class that continues to be overexploited, among other sights. However, it is important to analyze the actual existence of a new social class and whether it can be identified as middle class.

**Keywords:** Social Structure, New Middle Class, Class C, Middle Class.



## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Mobilidade intrageracional na América Latina nos últimos 15 anos, c. 1995–2010 (percentual da população) .....	10
TABELA 2 – Reajuste e Aumento Real do Salário Mínimo 2003-2013.....	25
TABELA 3 – Valores do INPC utilizados para calcular os deflatores.....	39
TABELA 4 – Renda Média dos 10% mais ricos sobre a Renda Média dos 10% mais pobres – Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011 .....	42
TABELA 5 – Distribuição Faixas de Renda– Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011.....	43
TABELA 6 – Quadro Resumo da delimitação própria de tipo de trabalho .....	49
TABELA 7 – Modelo Lógite: Determinação da condição de pobreza, dada pela Renda Domiciliar em função da Região, Ocupação, Tipo de Trabalho, Arranjo Familiar, Cor, Nível de Educação e Horas de Trabalho - Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011.....	59
TABELA 8 – Odds Ratio: Determinação da condição de pobreza, dada pela Renda Domiciliar em função da Região, Ocupação, Tipo de Trabalho, Arranjo Familiar, Cor, Nível de Educação e Horas de Trabalho - Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011.....	60

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Brasil: Evolução dos índices da participação do rendimento do trabalho na renda nacional e da composição do trabalho (1960 = 100).....	7
GRÁFICO 2 – Brasil: Composição do total de classe média 1960-2000 (em %).....	17
GRÁFICO 3 – Brasil: Classe média não proprietária como proporção da população economicamente ativa ocupada urbana, 1872-2000 (em %).....	20
GRÁFICO 4 – Variação Real do PIB 2000 a 2012 .....	22
GRÁFICO 5 – Evolução da Taxa Selic de Janeiro de 2000 a Junho de 2013 .....	23
GRÁFICO 6 – Evolução do IPCA e do INPC de Janeiro de 2000 a Maio de 2013.....	24
GRÁFICO 7 – Salário Mínimo Real Médio Anual em R\$ de 01/01/2013 .....	25
GRÁFICO 8 – Evolução da Taxa de Desemprego 2002 a 2012 .....	26
GRÁFICO 9 – Concessões consolidadas das operações de crédito com recursos livres referenciais para taxa de juros - Total pessoa física.....	27
GRÁFICO 10 – Evolução da composição ocupacional segundo faixa de remuneração (em%) .....	31
GRÁFICO 11 – Histograma da Renda Domiciliar Total – Intervalo de R\$1.200,00 a R\$5.174,00.....	32
GRÁFICO 12 – Box plot: Distribuição da Renda Domiciliar (R\$) – Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011 .....	41
GRÁFICO 13 – Estrato de Renda x Região Geográfica – Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011 (%) .....	44
GRÁFICO 14 – Box plot: Distribuição da Renda Domiciliar dentro da Classe C– Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011 .....	46
GRÁFICO 15 – Classe C x Horas Trabalhadas – Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011 (em %) .....	47
GRÁFICO 16 – Classe C x Posição na Ocupação – Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011 (em %).....	48
GRÁFICO 17 – Classe C x Tipo de Trabalho – Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011 (em %) .....	50
GRÁFICO 18 – Classe C x Cor – Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011 (em %) .....	51
GRÁFICO 19 – Classe C x Arranjo Familiar – Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011 (em %) .....	52

GRÁFICO 20 – Estratos de Renda x Nível de Educação – Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011 (%) .....	53
--	----

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	3
CAPÍTULO 1 - ASCENSÃO DA CLASSE C: NOVA CLASSE MÉDIA? .....	6
1.1 Introdução .....	6
1.2 Concepção de Classe Média .....	11
1.3 Histórico da Classe Média no Brasil .....	15
1.4 Fatores determinantes para a ascensão da Classe C .....	21
1.5 Abordagem das perspectivas: Nova Classe Média X Novo Proletariado .....	28
CAPÍTULO 2 – CARACTERIZAÇÃO ESTRUTURA SOCIAL DO BRASIL E	
A CLASSE C .....	37
2.1. Introdução .....	37
2.2. Construção das Bases de Dados .....	37
2.3. Análise da Distribuição de Renda no Brasil em 2002, 2005, 2009 e 2011 .....	40
2.4 Análise de distribuição de renda dentro da Faixa C .....	45
2.5 Evolução dos Indicadores da Faixa C .....	46
2.6 Considerações Finais .....	53
CAPÍTULO 3 – ESTIMAÇÃO DA PROBABILIDADE DA CLASSE C	
VOLTAR A CONDIÇÃO DE POBREZA .....	55
3.1 Introdução .....	55
3.2 Construção do Modelo .....	55
3.3 Apresentação dos Resultados .....	58
3.4 Considerações finais .....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	69
ANEXOS .....	73
ANEXO A – Código PNAD-SAS .....	73

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil dinamizou sua econômica por meio do mercado interno, utilizou-se o modelo de consumo de massa, alavancado por políticas de renda e políticas sociais que provocaram uma mudança na estrutura social do país. Após a estagnação econômica vivenciada na década de 1980 e as políticas neoliberais implementadas nos anos 1990, o país voltou a apresentar taxas mais robustas de crescimento econômico.

Neste novo cenário, foi possível observar um aumento considerável no nível de ocupação da população e, por consequência, uma redução das taxas de desemprego. Além disso, cresceu consideravelmente a participação do emprego formal no total das ocupações do país, sendo verificada ainda uma elevação dos salários.

As políticas voltadas para a melhora das condições do trabalho foram acompanhadas de medidas econômicas de expansão do crédito e incentivaram o consumo de massa: com maiores salários, os trabalhadores passaram a ter mais acesso aos variados bens de consumo.

Assim, em meados dos anos 2000, a economia brasileira, beneficiada por um ambiente macroeconômico favorável, viveu um período de crescimento da riqueza nacional, equilíbrio das contas externas e controle da inflação. Diversas ações do governo contribuíram para a melhora da qualidade de vida no país: redução da taxa de juros, aumento dos investimentos em políticas sociais, estabilidade política, expansão do sistema universitário, maior facilidade de acesso ao ensino de maneira geral, dentre outros.

A dinamização econômica brasileira, alavancada pelo modelo de consumo de massa voltado para o mercado interno, pelas políticas de renda e pelas políticas sociais, provocou uma mudança na estrutura social do Brasil. Diversas pesquisas trazem como resultado uma significativa redução da pobreza no país e, nesse sentido, cabe investigar quem são essas pessoas e a qual estrato social elas pertencem.

Alguns estudos apontam para o surgimento de uma nova classe média brasileira, enquanto outros consideram esta como sendo a mesma classe social que continua a ser explorada em decorrência do modo de produção vigente. Diante disso, torna-se relevante aprofundar o debate com novos estudos empíricos, com vistas a verificar a existência de uma nova classe social, seu pertencimento ao segmento da classe média e a possibilidade de as condições vigentes permitirem que ela se mantenha

no longo prazo, caracterizando este novo fenômeno e conhecendo a nova realidade social do Brasil.

Este estudo pretende verificar a existência ou não do fenômeno de ascensão de uma nova classe média brasileira nos anos recentes (2003-2010) e em que medida isto ocorreu, caracterizando este novo grupo da sociedade e verificando em até qual ponto ele possui caráter transformador. Inicialmente, serão apresentadas as diferentes análises existentes sobre a nova classe média, bem como suas delimitações, características, critérios de definições, histórico no Brasil, fatores determinantes para sua ascensão, dentre outros. Buscar-se-á também identificar a adequação desta denominação ao referido grupo social ascendente, com a incorporação de aspectos históricos e sociológicos, que em boa medida são ignorados nos estudos mais divulgados.

Para tanto, serão apresentadas as diferentes teorias que envolvem as principais variáveis existentes no cerne do problema, especialmente a concepção de classe média, a metodologia utilizada pela tese hegemônica de ascensão de uma nova classe média brasileira e a análise de dados como renda familiar, rendimento do trabalho, arranjo familiar, nível educacional, etc. O uso de indicadores de estatística descritiva permitirá qualificar a nova classe média e o modelo econométrico utilizado permitirá analisar a sustentabilidade da ascensão desta parcela da sociedade.

Este estudo está estruturado em cinco partes. Esta introdução apresentou uma breve análise da conjuntura brasileira recente (2003-2010) em que foi verificado um crescimento econômico relevante decorrente da implementação de políticas de renda e de inclusão social e sua relação com a possível ascensão de uma nova classe média.

O Capítulo 1 será dedicado à compreensão deste termo, que foi amplamente difundido como um fenômeno totalmente inovador (nova classe média). Trataremos ainda de concepção de classe média, histórico da classe média no Brasil, fatores determinantes para a ascensão da Classe C, e, por fim será discutida a abordagem das perspectivas: Nova Classe Média X Novo Proletariado.

O Capítulo 2 apresentará um conjunto de indicadores de estatística descritiva, com objetivo de qualificar a Classe C. Para isso, serão utilizadas variáveis da PNAD - o acompanhamento dos dados será das pesquisas de 2002, 2005, 2009 e 2011. As variáveis-chaves serão: tipo de ocupação (manual e não manual), por meio de uma delimitação própria, quantidade de ocupações, horas trabalhadas, nível de ensino, renda domiciliar, arranjo familiar, distribuição geográfica, gasto com moradia, tamanho da família, dentre outras.

A fim de verificar e simular o efeito das recentes mudanças de renda, anos de estudo, horas trabalhadas, tipo da ocupação, ou seja, fatores que compõem as características da Classe C, sobre a condição de volta a pobreza ou não, o Capítulo 3 trará uma tentativa de estimar tal probabilidade. Para isso, será utilizado um modelo logite para a relação entre a probabilidade de um domicílio da chamada Classe C voltar a situar-se na condição de pobreza e diversas características do domicílio e seus membros.

Por fim, nas Considerações Finais, serão elencados os principais pontos discutidos no trabalho, bem como as constatações sobre o surgimento da nova classe média no Brasil (Classe C), que alterou a estrutura social do país nos anos recentes.

## **CAPÍTULO 1 - ASCENSÃO DA CLASSE C: NOVA CLASSE MÉDIA?**

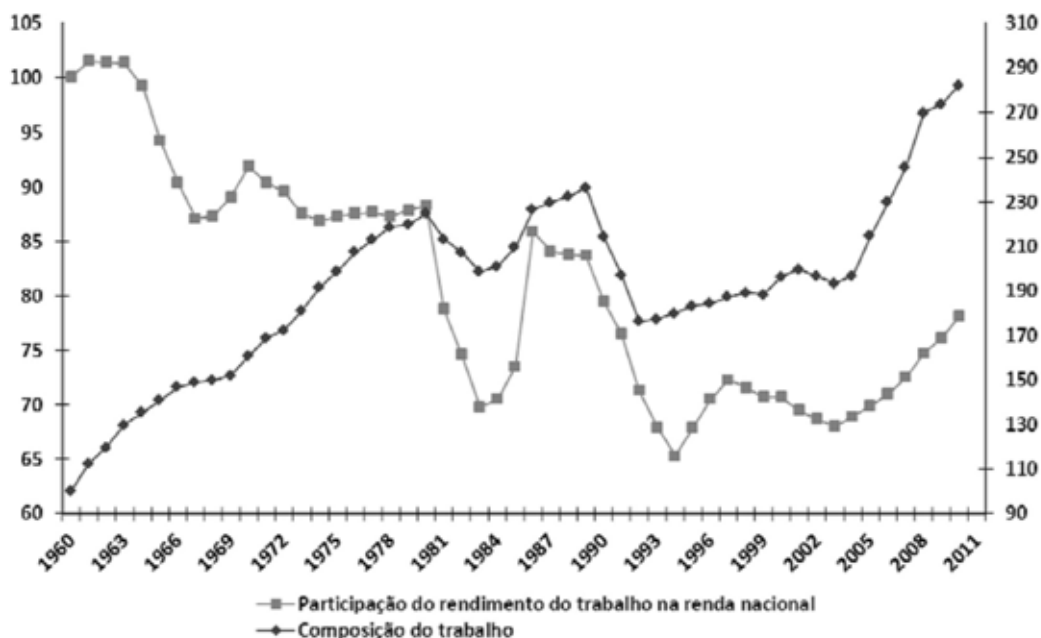
### **1.1 Introdução**

Na primeira década dos anos 2000, assistimos a uma nova intervenção política da classe trabalhadora na economia do país por meio das eleições de 2002, 2006 e 2010. De modo acanhado e instável, estes governos superaram a estagnação hegemônica dos anos 90 e o país voltou a apresentar taxas mais altas de crescimento econômico. Boito (2012) nomeia a nova fase do país como neodesenvolvimentista, por meio da qual a política é voltada para o crescimento econômico com certa transferência de renda. Contudo, tal transferência não acarreta o rompimento do modelo econômico neoliberal.

Neste contexto, houve um acelerado crescimento da ocupação e, conseqüentemente, queda nas taxas de desemprego; sobretudo cresceu a participação do emprego formal no total das ocupações, acompanhado por um aumento da massa salarial (BIELSCHOWSKY & SOUZA, 2010). Desde 2004, observou-se um ponto de inflexão na composição da renda nacional, como explicita o GRÁFICO 1. Os salários aumentaram em 14,8% sua participação na renda entre 2004 e 2010, diferindo-se da tendência de queda brusca vivenciada entre a década de 1980 e 2003, período no qual a participação do rendimento do trabalho na renda nacional decaiu 23%. Durante este período de baixa, a renda do salário perdeu espaço para a expansão da renda da propriedade, por meio do aumento dos lucros, juros, aluguéis, etc., o que reflete o intenso processo de concentração de renda verificado nestes anos (POCHMANN, 2012).



GRÁFICO 1 – Brasil: Evolução dos índices da participação do rendimento do trabalho na renda nacional e da composição do trabalho (1960 = 100)



Fonte: IBGE/Contas Nacionais (elaboração Ipea).

Nesses termos, pode-se afirmar que a situação geral do trabalhador melhorou. Os salários adquiriram parcelas maiores da renda nacional, não só devido ao crescimento econômico, mas também à política de valorização do salário mínimo e às ocupações criadas na década de 2000. A medida econômica adotada como estratégia de crescimento foi a expansão do crédito, que incentivou o consumo de massa. Dispondo de maiores rendimentos, os trabalhadores passaram a ter ampliado seu acesso aos bens de consumo. É neste cenário que se inicia o debate sobre ascensão de uma nova classe no país.

Durante o período colonial, o Brasil foi formado por uma estrutura social pouco complexa: além dos trabalhadores escravos, havia os pequenos proprietários e assalariados, que podem ser considerados como a classe média daquela época. Com a decadência do regime escravocrata e o início do processo de industrialização na década de 1930, a classe média do país passa a apresentar maior relevância, haja vista que se tornou o principal mercado consumidor dos bens produzidos pela indústria nascente. Entre 1930 e 1980, a composição do perfil desta classe média passou por alterações

significativas: a camada assalariada ganhou espaço, enquanto os pequenos proprietários perderam participação em sua composição.

Entre 1990 e 2000, em um ambiente de estagnação econômica e ascensão da política neoliberal iniciada em 1990, intensificaram-se os processos de terceirização e privatização, que contribuíram para o início da precarização das condições de vida da classe trabalhadora. Diante deste novo cenário econômico, a composição da classe média no Brasil foi revertida e novamente os pequenos proprietários voltaram a ganhar espaço (SCALON e SALATA, 2012).

A partir de 2004, a economia do país entrou em uma nova fase, caracterizada por um ambiente macroeconômico favorável, expresso pelo crescimento da riqueza nacional, do equilíbrio das contas externas e do controle da inflação. Além disso, a frente neodesenvolvimentista do governo adotou diversas políticas voltadas para a distribuição de renda, como a política de valorização do salário mínimo, a redução da taxa de juros e o aumento significativo do investimento em políticas sociais. Outros fatores contribuíram para melhoras das condições de vida dos trabalhadores, como a estabilidade política, a significativa expansão do sistema universitário e aumento da facilidade de acesso ao ensino da população brasileira na última década.

Este cenário abre espaço para a discussão sobre uma possível ascensão de uma Nova Classe Média brasileira, impulsionada pela recuperação do emprego formal e pela expansão e barateamento do crédito. Marcelo Neri, em “A Nova Classe Média” (2008), amplia o uso deste termo para o segmento da sociedade que auferir uma renda domiciliar média do Brasil, nomeada também de Classe C. O autor considera esta parcela da sociedade como os domicílios das famílias que possuem uma renda mensal que varia entre 1.200 e 5.174 reais. Entretanto, Neri não é o único a afirmar que a classe média cresceu no país.

O Banco Mundial (BM), em seu relatório “Economic Mobility and the Rise of the Latin American Middle Class” (2012), afirma que a pobreza moderada na região da América Latina caiu cerca de 10% entre 2000 e 2010. Contudo, seu enunciado em destaque é o crescimento substancial da classe média: esta era representada por 100 milhões de pessoas em 2000 e no final da última década passou a abranger um universo de 150 milhões de pessoas, ou seja, 30% da população da região pertencem à classe média.

Cabe especificar qual é o conceito de classe média adotado por essa instituição. Ao contrário dos cientistas políticos e sociólogos que definem esta classe de acordo com

nível educacional, tipo de ocupação ou propriedade de ativos, o BM utiliza um critério econômico - segurança econômica – por considerá-lo mais robusto.

Uma definição sintética de segurança econômica consiste na baixa probabilidade de uma família que ascendeu à classe econômica regredir, ou seja, voltar à situação de pobreza (WORLD BANK, 2012). Para afirmar que uma parcela da população transitou de classe econômica, é necessário estabilidade e resistência a choques sistêmicos. O nível máximo de insegurança admitido na abordagem do BM é de 10% em cinco anos; a delimitação da pobreza moderada para o BM está na faixa de 4 a 10 dólares por dia de renda familiar *per capita* (a linha de pobreza do BM é a de menos de um dólar por dia). A faixa de renda para uma pessoa pertencer à classe média situa-se entre o limite superior da pobreza e 50 dólares por dia de renda familiar *per capita*. O montante da população latino-americana que possui uma renda superior à faixa da classe média (considerada de alta renda) se traduz somente em 2% da população total.

Para o BM, e ainda com base no conceito de segurança econômica, existe uma quarta classe social na América Latina, a dos vulneráveis, descrita popularmente como os quase pobres ou classe média baixa. Esta classe não é pobre, mas também não tem segurança econômica o suficiente para adentrar e permanecer na classe média. A maior parcela da sociedade latino-americana concentra-se nela, aproximadamente 38% da população. Segundo o BM, a composição de cada classe econômica na América Latina é a seguinte: 30% pobres, 38% vulneráveis 30% classe média e 2% alta renda (WORLD BANK, 2012).

De acordo com o BM, a Argentina e o Brasil contribuíram fortemente para a expansão da classe média na região, graças à redução da desigualdade de renda que alcançaram nos últimos anos. Dos 15 países da América Latina, 12 vivenciaram um declínio, ainda que leve, da concentração de renda. No contexto de crescimento econômico, isso significa renda nacional mais elevada e menos desigualdade social. Em média, segundo do BM, o PIB foi responsável por 66% da redução da pobreza e por 74% do crescimento da classe média entre 2000 e 2010 (WORLD BANK, 2012).

No que se refere às conclusões do BM (WORLD BANK, 2012) a mobilidade intrageracional<sup>1</sup> revelou-se significativa, como expressa a TABELA 1, na qual as linhas

---

<sup>1</sup> A mobilidade intrageracional é indicada pela comparação do desempenho social de uma determinada pessoa ou grupo de pessoas com características comuns, durante um período de tempo, isto é, em relação às suas posições ocupacionais anteriores, desde a entrada no mercado de trabalho, até a posição

revelam o percentual da população que pertencia às classes econômicas pobres, vulneráveis e classe média em 1995, e as colunas evidenciam para onde elas se deslocaram e em qual percentual, em 2010. O segmento dos vulneráveis representava 33,4% da população em 1995 sendo que até 2010, 18,2% desta parcela da sociedade se moveu para a classe média. Nota-se um movimento gradual da mobilidade de classe, já que este se concentrou na classe logo seguinte, ou seja, de pobres para vulneráveis ou de vulneráveis para classe média. Tal mudança é realmente significativa e evidencia que “pelo menos 43% de todos os latino-americanos mudaram de classe social entre meados de 1990 e o final da década de 2000” (WORLD BANK, 2012).

TABELA 1 - Mobilidade intrageracional na América Latina nos últimos 15 anos, c.  
1995–2010 (percentual da população)

		Destino (c.2010)			
		Pobres	Vulneráveis	Classe Média	Total
Origem (c.1995)	Pobres	22,5	21,0	2,2	45,7
	Vulneráveis	0,9	14,3	18,2	33,4
	Classe Média	0,1	0,5	20,3	20,9
	Total	23,4	35,9	40,7	100,0

Fonte: Cálculos do autor usando os indicadores do Banco de Dados Socioeconômicos para a América Latina e o Caribe (SEDLAC). In: Economic Mobility and the Rise of the Latin American Middle Class, 2012.

Nota: Pobres = Indivíduos com renda *per capita* diária abaixo de US\$4. Vulneráveis = Indivíduos com renda *per capita* diária de US\$4 a US\$10. Classe média = Indivíduos com renda *per capita* diária acima de US\$10; A classe média e a elite estão em uma única camada social nesta análise.

As principais características das famílias que vivenciaram uma mobilidade ascendente são: chefes de família com maior grau de escolaridade no ano inicial (1995), em especial os que possuíam nível superior para que se ingressasse na classe média; possuir emprego formal; residir em área urbana. Esta última característica é um reflexo da sociedade que ainda passa pelo processo de migração rural-urbana expressiva, o que representa uma possibilidade de ascensão social.

---

ocupacional presente (VIEIRA E BAGOLIN, 2008). O BM assim define mobilidade intrageracional: medida de mobilidade econômica no âmbito de uma geração, ou seja, expressa pelo movimento de renda. Sucintamente, capta a taxa média de crescimento da receita familiar (WORLD BANK, 2012).

No entanto, ao se tratar de mobilidade intergeracional<sup>2</sup>, a América Latina não apresentou grandes avanços. Assim, o indivíduo ainda é fortemente dependente de sua origem, ou seja, possivelmente irá replicar as condições socioeconômicas de sua família. Isto significa que a posição social da família em que uma pessoa nasce determina, em sua maioria, a sua posição futura. Este é um ciclo vicioso perigoso desta região devido à alta concentração de renda.

## **1.2 Concepção de Classe Média**

A ampliação da classe média está relacionada, em grande parte, ao aumento da renda e, conseqüentemente, dos padrões de consumo de famílias representantes dos estratos sociais mais populares, que trouxeram melhoras significativas na qualidade de vida dessas pessoas. No caso do Brasil, a recente retomada do crescimento econômico e sua estabilidade, o crescimento dos níveis de emprego, as políticas de transferência de renda e as facilidades de acesso ao crédito podem ser considerados fatores que contribuíram para a emergência/expansão da (nova) classe média.

[...] A geração de empregos dos segmentos inferiores e a melhora de seus rendimentos foram os fenômenos fundamentais que (...) explicam a ascensão (...) da nova classe média dos anos 2000 (...) – reforçados pela propagação dos aumentos do salário mínimo nos benefícios previdenciários e assistenciais e (...) pela expansão do Programa Bolsa Família (...) (QUADROS, GIMENEZ E ANTUNES, 2012, p. 3).

A origem da discussão sobre classe média pode ser identificada em Marx e Weber, em análises feitas nas sociedades capitalistas dos séculos XIX e XX, nas quais se evidenciou a existência de “(...) grupos intermediários, sejam eles a pequena burguesia proprietária ou os empregados assalariados, supervisores, técnicos, etc.” (SCALON E SALATA, 2012 apud BURRIS, 1986, p.5) e da formação de burocracias que representam o crescimento da nova classe média.

Para Marx, a divisão em classes pode ser vista como a expressão de relações de conflitos e exploração de determinada parcela das sociedades, ou seja, refere-se à posição ocupada pelos indivíduos nas relações sociais de produção: capitalistas detentores dos meios de produção versus proletariado detentor unicamente de sua força de trabalho.

---

<sup>2</sup> Comparação da posição social entre as gerações passadas e a geração atual. Por exemplo, a condição de um filho em relação à condição de seu pai (VIEIRA E BAGOLIN, 2008).

A concepção de classe social refere-se à inclusão de indivíduos que possuem características semelhantes no que tange à sua ocupação enquanto parte integrante das sociedades, o que é importante, pois permite, segundo Scalón e Salata (2012, p.6) “melhor classificar os indivíduos de acordo com suas chances de vida”, ou seja, em relação aos seus interesses e oportunidades. Trata-se de uma ideia ampliada, que ultrapassa os limites da estratificação social classificada apenas pelo critério renda.

Segundo Trópia (2008), em uma análise marxista da divisão social em classes, o quesito renda não é suficiente para delimitar os diferentes grupos sociais:

[...] o marxismo compreende o indivíduo e a família como expressões de relações de classe. O indivíduo ou a família não são átomos isolados socialmente e nem refratários às condições sociais. O aspecto esclarecedor do conceito marxista de classe é que ele nos permite compreender não apenas a posição social dos indivíduos, mas de suas famílias. É possível haver mobilidade social, ou seja, um indivíduo cuja origem era operária ou camponesa pode ascender à condição de trabalhador não manual e, levando em conta esta base conceitual, tornar-se classe média (TRÓPIA, 2008).

Abordando uma perspectiva diferente, mas não antagônica à de Marx, o francês Pierre Bourdieu condiciona a sustentabilidade do sistema capitalista à dominação simbólica das classes sociais. Esta seria uma condição *sine qua non* para sua manutenção enquanto sistema econômico predominante desde a era moderna, pois por meio desta dominação, é possível cultivar uma mentalidade pró-capitalista. A dinâmica e o conflito de classe são intrínsecos ao capitalismo, assim como a distinção econômica, social e cultural de suas partes componentes. Seguindo a lógica de pensamento de Bourdieu, o capital cultural é, então, uma variável sociológica determinante na necessária diferenciação entre os estratos. Desta forma, a ascensão de um estrato social exige critérios básicos de distinção de seus membros em relação a outros, por meio dos hábitos de consumo, cultura e até mesmo padrões de socialização. Assim, os estratos superiores exercem uma dominação simbólica e cultural a que também se propõe o capital.

Na década de 1950, o sociólogo norte americano Charles Wright Mills realizou um estudo a respeito da estrutura de classes na sociedade industrial de seu país, no qual foi verificado o crescimento de uma nova classe média, da qual faziam parte administradores, técnicos e trabalhadores de escritório, diferente da antiga classe média, composta basicamente por pequenos proprietários. Esses profissionais, apesar de não

serem proprietários, eram responsáveis pela administração dos negócios e possuíam um status que os diferenciavam dos demais trabalhadores.

Mills considera além da propriedade, a existência de outros fatores para a definição de camadas sociais: rendimento, propriedade e situação de status. Tais constatações pautadas no estudo da classe média americana permitiram traçar seu perfil: existência de contrato de trabalho e pagamento mensal, diferenciação no modo de vestir, busca por prestígio, autonomia limitada em relação à corporação na qual o indivíduo se insere e alto padrão de consumo.

De início, a classe média era composta fundamentalmente por profissionais liberais em um quantitativo de trabalhadores pouco expressivo. Já no século XX, os trabalhadores pertencentes a esta classe superaram a classe de operários em termos numéricos e passaram a exercer funções relacionadas à burocracia, administração, finanças e no setor de prestação de serviços, tanto no âmbito público, quanto no privado (TRÓPIA, 2008).

A nova classe média de Mills se referia então à expansão do emprego de colarinho branco (*white collar*), típica da estrutura ocupacional da grande empresa da 2ª Revolução Industrial. O conceito de nova classe média englobava ocupações das mais diversas e rendimentos os mais díspares: do vendedor de loja ao diretor do grande banco, do *office boy* ao advogado do grande escritório. Tal definição não pode possuir um caráter estático, pois o progresso tecnológico e as transformações revolucionárias das estruturas produtivas, urbanas e ocupacionais, provocam diferentes mudanças nas estruturas sociais ao longo do tempo (QUADROS, GIMENEZ e ANTUNES, 2012).

Os estudos de Mills foram fortemente influenciados pela teoria de Max Weber, para quem o montante de renda é o fator determinante da posição social que o indivíduo ocupa. Assim, de uma maneira bem geral, as pessoas que ocupam uma posição intermediária na pirâmide social, ou seja, nem a maior e nem a menor, fazem parte da classe média e a atual divisão social nas subclasses A, B, C, D e E tem origem nesta discussão.

O inglês John Goldthorpe, em 2000, também influenciado por Weber, relacionou em suas análises as condições de empregos sobre as quais estava submetida esta nova classe, como estabilidade em relação à remuneração, qualificação profissional e dificuldade em determinar seu tipo de trabalho, ou seja, sua definição de grupos de classes está pautada sobre os contratos de trabalho.

Por outro lado, o sociólogo marxista Erik Olin Wright, em sua análise sobre a estrutura de classes, delimita três tipos de ativos para sua estratificação: produção, habilidades e organização. Sua análise é voltada para o tipo de trabalho exercido pelos trabalhadores no processo produtivo, considerando a posição do indivíduo na organização.

[...] Cada um desses três tipos de ativos funcionaria como um dos eixos a partir dos quais as classes seriam delimitadas. Dessa maneira, uma mesma classe poderia estar em posições distintas nos diferentes eixos. As classes médias se caracterizariam, justamente, por estarem em posições contraditórias em relação aos diferentes ativos. Não seriam proprietárias dos meios de produção (com exceção dos pequenos empregadores), mas possuiriam habilidades e/ou estariam em posição privilegiada no que se refere à organização. Para Wright, fariam parte das classes médias os pequenos empregadores, gerentes, supervisores e trabalhadores manuais qualificados (SCALON E SALATA, 2012, p. 3).

No período recente, percebe-se que a classe média tem sofrido alterações em sua estrutura, especialmente devido às crises do sistema capitalista e de seu desenvolvimento. Ao longo de todo o século XX, a classe média cresceu consideravelmente, devido ao próprio crescimento das economias, dos setores de serviços e das burocracias. Por outro lado, algumas ocupações perderam espaço em detrimento de outras, o que é resultado também, mas não somente, das políticas neoliberais e de reestruturação nas empresas, uma vez que processos de terceirização, automação e de produção passaram a ser incorporados nas organizações.

Podemos ainda, distinguir três padrões capitalistas distintos de reprodução da classe média. O primeiro, representado pela antiga classe média proprietária, a qual era composta pelo setor agropecuário, de pequenos proprietários rurais a proprietários de negócios e profissionais liberais. Um segundo padrão seria da nova classe média assalariada da grande empresa a qual Mills qualifica. O setor predominante deste padrão é a indústria e as principais categorias sócio ocupacionais são: gerentes, administradores, burocratas privados e públicos, professores universitários, entre outros. Por fim, tem-se o padrão de reprodução da emergente classe média pós-industrial que se apoia no setor de serviços e é constituído por gestores de métodos e processos, analistas, tecnólogos, etc. (GUERRA et al. 2006).



Entende-se, portanto, que devido à sua amplitude, a classe média é formada por um conjunto bastante heterogêneo de indivíduos, cujos tipos de trabalho são muito díspares entre si, características potencializadas pelas diferentes ideologias e aspirações.

### **1.3 Histórico da Classe Média no Brasil**

Durante o período colonial até meados do século XIX, a classe média foi um corpo ausente no Brasil, como qualifica Guerra et al. (2006): a estrutura social do país era pouco diversificada, isto devido ao seu passado de economia escravista agroexportadora. Naquele período, o comércio era monopolizado pelos portugueses e profissões liberais, como médico e advogado, eram quase inexistentes. Podíamos, entretanto, encontrar em algumas cidades brasileiras (Rio de Janeiro e São Paulo, especialmente) pequenos grupos de profissionais liberais, militares, empregados públicos e trabalhadores do comércio que, juntos, somavam apenas aproximadamente 7% da população em idade ativa total, de acordo com o Censo de 1872 (BARBOSA, 2003 apud SCALON E SALATA, 2012).

A partir de então, as classes médias começam a crescer. Contudo, é somente após a Revolução de 1930, com o fim da Velha República, que constituímos uma nova configuração quanto às classes sociais sob o sistema capitalista, isto por meio do processo de industrialização via substituição de importações. A base econômica das classes médias expandiu-se substancialmente e se consolidou na sociedade brasileira através da ampliação do emprego assalariado. Nasce então a classe média assalariada e novas ocupações são criadas, como: gerentes, supervisores, administradores, contadores, economistas, secretárias de grandes empresas e de repartições públicas - a burocracia do Estado (OLIVEIRA, 2012).

Neste cenário, reestrutura-se o papel do Estado, que passa a ser ativo e torna-se fundamental para a industrialização brasileira. Emerge a necessidade de alargamento do aparato estatal com a finalidade de garantir a estrutura necessária à indústria nascente. Daí o surgimento de empresas estatais, tais quais: Petrobrás, bancos estaduais e federais, além de órgãos públicos como o BNDES. Eclode a ascensão da burguesia industrial, enquanto as antigas oligarquias agrárias tornam-se decadentes.

Trata-se de um novo país que traz consigo um novo perfil de trabalhadores, com novos hábitos de consumo e nova formação intelectual, a classe média. Motivado pelo papel de destaque que essa classe média assume, inicia-se juntamente ao processo

de industrialização, a urbanização. As oportunidades de trabalho criadas nas cidades atraem os trabalhadores do campo em busca de melhores condições de vida nos recém-criados empregos na indústria (PRIEB, 2012).

O êxodo rural foi impulsionado também pela predominância do grande latifúndio no setor agrário, o que impossibilitava a mobilidade social ascendente. As cidades mais industrializadas do país eram desta forma, destino de milhares de brasileiros (GUERRA et al, 2006).

A classe média que emergiu do projeto de industrialização nacional solidificou-se na década de 1950; contudo, seu ápice de crescimento foi entre 1968 e 1973, ou seja, durante o período do Milagre Econômico Brasileiro. O novo ciclo de expansão da classe média brasileira iniciou-se no governo Juscelino Kubitschek (1956–1961), no qual o país passou por profundas mudanças, como a abertura para a entrada do capital externo, que culminou na chegada de empresas transnacionais, com destaque para as montadoras de automóveis. Este fenômeno continuou nos governos seguintes, especialmente durante a ditadura militar (1964-1985), emergindo daí uma série de novos empregos e cargos no setor privado.

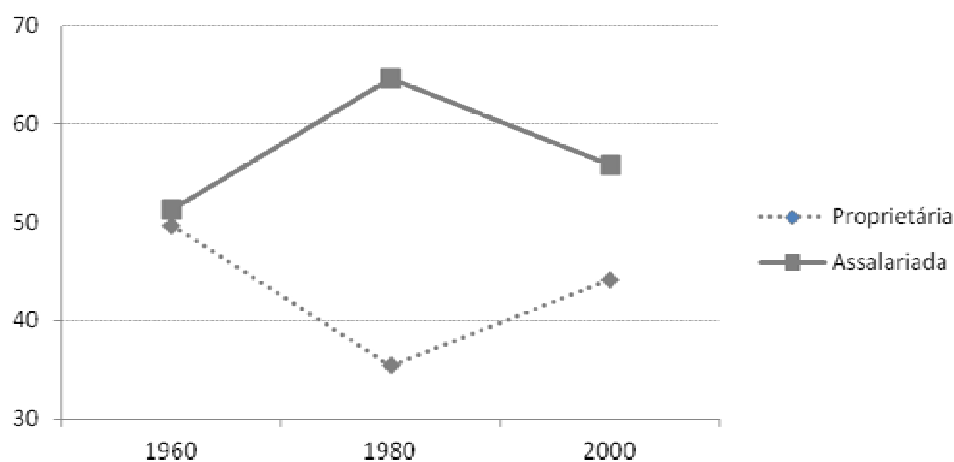
Durante o período do Milagre Econômico, expandiu-se o emprego urbano baseado nas novas ocupações de colarinho branco, como definido por Mills - os assalariados da grande empresa. Ao mesmo tempo, houve a ampliação do leque salarial e do consumo de bens e serviços como forma de diferenciação social. A classe média foi o estrato da sociedade que mais se beneficiou dos programas governamentais daquela época, como garantia o acesso à casa própria e ao bem estar social. Além disso, tais programas possibilitaram também a distinção dos rendimentos salariais entre operários e aqueles que ocupavam as posições intermediárias, ou seja, durante todo o regime militar o Estado deixou os pobres de lado e governou para a classe média. Esta postura agravou as desigualdades sociais do país, por se tratar de uma política concentradora de renda (VICENTE, 2012).

[...] Resulta daí um sentimento de inclusão no sistema político e econômico acompanhado por um sentimento de segurança. Instala-se um processo de barganhas entre a classe média e o governo, que tem nesse segmento o seu maior alicerce. O crescimento dos níveis de educação e renda propicia um estilo de vida que se deseja preservar. Dessa maneira a classe média brasileira se volta mais para o consumo do que para as questões de cidadania, conivente com um tipo de crescimento econômico baseado no cerceamento das liberdades democráticas (VICENTE, 2012 p.8).

Diante deste contexto, a classe média se expandiu expressivamente, aportada nos recursos que o Estado e o mercado lhe ofereciam. Assim, aumentava seu poder aquisitivo, bem como seu bem estar material. A classe média torna-se a grande beneficiária do crescimento econômico, do modelo político e dos projetos urbanísticos.

O GRÁFICO 2 mostra a composição da classe média no Brasil entre 1960 e 2000. Observa-se que, ao longo do tempo, a classe média do país tornou-se majoritariamente assalariada, com destaque para sua ascensão entre 1960 e 1980, devido à ampliação das atividades assalariadas.

GRÁFICO 2 – Brasil: Composição do total de classe média 1960-2000 (em %)



Fonte: IBGE - Censo demográficos (a partir da tipologia de Quadros, 2003).

Em: Guerra et al, 2006.

Paralelamente, a partir da década de 1980, houve um ponto de inflexão, em que pequenos proprietários ganharam espaço novamente.

[...] Entretanto, a partir da década de 1980, o avanço do emprego assalariado foi sendo praticamente contido diante do abandono do projeto de industrialização nacional. Passou-se a assistir, desde então, ao processo de “desassalariamento” da estrutura ocupacional, especialmente dos empregos tradicionais de classe média no interior das grandes empresas (GUERRA et al, 2006, p. 32).

Isto ocorreu devido às sucessivas crises econômicas, em especial a crise pelo endividamento, vivenciadas a partir do final dos anos 1970 e particularmente nos anos 1980. Trata-se de consequências do período imediatamente anterior, o Milagre Econômico, que foi financiado por meio de endividamento externo. A década de 1980

foi marcada por forte recessão e por diversos choques heterodoxos, os quais objetivavam a estabilização da inflação que estava completamente fora do controle. A classe média passa por uma devastadora decadência em seu padrão de vida e por uma dificuldade de ampliar e mesmo manter a mobilidade social anteriormente conquistada.

Além dos aspectos macroeconômicos, podemos atribuir ao processo de desassalariamento a importantes transformações tecnológicas ocorridas já na segunda metade da década de 1970. Como consequência, a redução do emprego no setor industrial também se deu a partir da adoção de novos métodos de gestão, como reengenharia, terceirização, desverticalização da produção, etc. (GUERRA et al, 2006).

Podemos qualificar aqui o surgimento de um novo padrão capitalista de reprodução da classe média. Neste, é a emergente classe média pós-industrial que se apoia no setor de serviços. Trata-se de um movimento que caminha para condições precárias de trabalho, em que cresce a terceirização das relações de trabalho, a informalidade ocupacional juntamente com o contrato por tempo determinado e outras facetas do sistema para explorar a classe trabalhadora.

Os novos postos são de gestores de métodos e processos, técnicos especializados em programação de máquinas e equipamentos automatizados, analistas e investigadores em ciência e tecnologia, operadores e organizadores de atividades culturais e de entretenimento, tecnólogos da informação e comunicação, etc. Naturalmente, esta transição da indústria para o terceiro setor causou variações que impactaram as famílias negativamente, pois não havia espaço para todos.

A indústria brasileira passou a competir com o mundo a partir da abertura comercial do país; isto ocorreu em um momento de desaceleração do crescimento da economia nacional. Desta forma, a principal consequência desta abertura foi o enxugamento do quadro de funcionários por meio de demissões ou perdas salariais. Nos anos 1990, com a supremacia do modelo neoliberal, a conjuntura se agrava mais ainda para os trabalhadores, pois o Estado diminui sua atuação e promove as privatizações de grandes empresas públicas. Além disso, o Estado criou o Programa de Demissão Voluntária (PDV), o qual incentivava servidores públicos a pedirem demissão a fim de reduzir o aparelho burocrático.

Como resultado da década, temos uma profunda reestruturação produtiva, o que ocasionou cortes em ocupações típicas de classe média assalariada. Neste momento, volta a crescer significativamente a participação dos pequenos proprietários na

composição da classe média, aumenta a participação do setor de serviços e comércio, enquanto diminuiu a participação do setor industrial.

É também neste período que observamos um retrocesso no que se refere aos direitos trabalhistas. Uma série de medidas foi tomada no sentido de retirar trabalhadores tanto do setor privado como do setor público. A recente Constituição de 1988 representava uma conquista de direitos; entretanto, naquela conjuntura, até mesmo mudanças nas regras previdenciárias ocorreram.

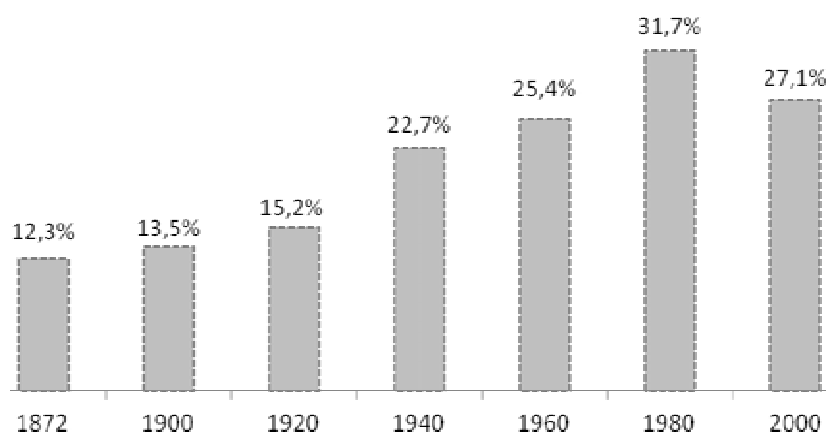
[...] Neste universo, em 1989, encontravam-se 2,45 milhões de trabalhadores de classe média, representando 36% do total de trabalhadores do setor privado do estado de São Paulo, regidos pelo regime de CLT e captados pela RAIS (6,9 milhões). Pois bem, ao longo dos quatro anos e meio que vão de 1990 ao primeiro semestre de 1994, os dados da lei nº 4.923/65 revelam um corte global nestas ocupações (demissões menos admissões) de 456 mil postos de trabalho. Ou seja, uma espantosa retração equivalente a 19% do contingente existente em 1989 (QUADROS, 1996, p. 174).

Portanto, na década de 1990, houve uma significativa alteração estrutura de classes brasileira, além de uma mudança na composição ocupacional. Devido às mudanças nas relações de trabalho que ocorreram nesta década, no sentido de desregulamentá-las, sua principal consequência foi o aumento da informalidade. Uma parcela dos trabalhadores passou a ser contratada indiretamente por meio da terceirização - contratação indireta. Outro modo de contratação que não estabelece vínculos empregatícios e que se proliferou a partir desta década foi a subcontratação direta, por meio da qual o trabalhador passa a ofertar um serviço como autônomo, ou ainda, uma contratação regida por metas de produtividade. Em virtude desta conjuntura desencorajante, uma parcela de trabalhadores da alta classe média converteu-se em pequenos capitalistas ou em trabalhadores especializados autônomos; outra parte de trabalhadores da baixa e média classe média e de trabalhadores manuais passou a ser contratada por tempo determinado ou na condição de prestador de serviços.

No que se refere à composição ocupacional no Brasil, houve uma redução nas ocupações agrícolas e industriais e um aumento das ocupações no setor de serviços. Em 1998, a taxa de desemprego chegou a 18,3%, ao mesmo tempo em que os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) apontavam uma queda de 18,8% no rendimento dos trabalhadores brasileiros no período 1996 a 2004, embora o salário mínimo tenha tido neste mesmo período um ganho de 2,2% (Dieese, 2014).

Em relação às classes médias, houve uma redução de seu quantitativo como parcela da população economicamente ativa entre 1980 e 2000, como aponta o GRÁFICO 3. Entre 1872 e 1980, a classe média não proprietária apresentou um crescimento positivo, que se reduziu 14,5% entre 1980 e 2000. Tal fato deveu-se ao enxugamento de empregos típicos da classe média assalariada, como cargos administrativos e gerenciais, especialmente os de chefia intermediária e de supervisão. A informatização e a chamada reengenharia de produção reduziram bruscamente a estrutura hierárquica das grandes empresas (TROPIA, 2008).

GRÁFICO 3 – Brasil: Classe média não proprietária como proporção da população economicamente ativa ocupada urbana, 1872-2000 (em %)



Fonte: IBGE - Censo demográficos (a partir da tipologia de Quadros, 2003).

Em: Guerra et al, 2006.

Em 1994, o governo de FHC lança o Plano Real como nova tentativa de estabilização da economia brasileira face à hiperinflação que assolava o país anualmente. Logo nos primeiros meses, o Plano deu um novo fôlego à classe média, com a paridade da nova moeda com o dólar, o que possibilitava a volta ao consumo de produtos importados, além de viagens ao exterior, práticas típicas desta classe. Entretanto, o câmbio que estava artificialmente valorizado, começou a se alterar e a moeda nacional se desvalorizou novamente.

A tradicional classe média brasileira não sofreu grandes alterações na parcela da população que a representa, pois a estrutura de distribuição de renda brasileira sempre se deu de forma concentradora, o que torna a mobilidade social ascendente quase impossível. Mais recentemente, sobretudo a partir de 2005, um cenário

macroeconômico favorável impulsionou o crescimento de um estrato relativamente novo no país, motivado por um círculo virtuoso, a partir do controle da inflação, da estabilidade e do crescimento da economia. Estas foram as bases para a recuperação da oferta de empregos formais e da expansão dos programas governamentais de redistribuição de renda, que ajudaram a movimentar ainda mais a economia.

Há basicamente duas interpretações desta nova parcela da sociedade que auferiu uma renda mais elevada e saiu da condição de pobreza. A primeira possui a leitura de que se trata de uma Nova Classe Média. Podemos destacar pesquisas realizadas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em seu Centro de Políticas Sociais, encabeçado por Marcelo Neri, que explicam tal fenômeno como a ascensão da chamada Classe C.

Este segmento da sociedade se expandiu velozmente, tendo subido 22,8% entre abril de 2004 e abril de 2008 (FGV, 2014). Em pesquisa mais recente realizada pela mesma FGV, afirma-se que, entre 2003 e 2009, 29 milhões de brasileiros teriam ingressado na Classe C, indicando que 94,9 milhões de brasileiros comporiam a nova classe média (50,5% da população), sendo que 3,2 milhões teriam ingressado no imediato período pós-crise.

Em contrapartida, a segunda interpretação entende que esta parcela da sociedade é composta por pelo menos 30 milhões de trabalhadores brasileiros que adentraram o mercado de consumo por esforço próprio. Todavia, estas pessoas não ascenderam de classe social, mas somente passaram a auferir uma maior renda, que possibilitou seu acesso a um mercado de consumo ampliado.

#### **1.4 Fatores determinantes para a ascensão da Classe C**

O período recente pode ser qualificado como um momento histórico importante do Brasil, pois conseguiu combinar a maior ampliação da renda por habitante com a redução no grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda do trabalho. Tal mudança sensibilizou o Índice de Gini, que em 2002 era de 0,563 e em 2008 caiu para 0,521. O Índice de Gini mede a desigualdade de renda nas regiões, sendo que quanto mais próximo de 1, mais desigual é considerada a localidade.

Entretanto, mesmo com a queda verificada no coeficiente, a distribuição de renda brasileira permanece como uma das piores do mundo. Embora o Brasil seja a sexta economia do mundo, no ranking de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o

país ocupa a 84ª posição entre 187 países. Nos últimos cinco anos, o país avançou apenas três posições. Em relação ao IDHAD (Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade) o país ocupa a 73ª posição entre 134 países. Diferentemente do IDH, o IDHAD combina dados que consideram além da distribuição de renda, a distribuição de saúde e educação (PNUD, 2013).

Mesmo que o Brasil não tenha alcançado uma distribuição de renda justa, observamos no período recente a ascensão da Classe C, estrato da sociedade compreendido pelas famílias que auferem renda domiciliar dentro do intervalo de 1.200 a 5.174 reais. O crescimento econômico não foi o único fator determinante para que uma parcela considerável da força de trabalho superasse a condição de pobreza. Destacamos ainda: aumento do emprego formal, valorização salário mínimo, expansão do crédito, queda na taxa de juros, estabilização econômica (controle da inflação).

Na primeira década dos anos 2000 o Produto Interno Bruto (PIB) do país cresceu a níveis expressivos logo após 2003 (GRÁFICO 4), quando houve uma crise de confiança devido à eleição de 2002, a qual instituiu Lula como Presidente da República. Em 2009, o desempenho do crescimento foi comprometido pela crise financeira internacional de 2008. O período entre crises acumulou um crescimento de 23%, média de 4,6% ao ano. O crescimento econômico, aliado à uma política voltada para distribuição de renda, trouxe um ciclo virtuoso que combinou um crescimento acelerado da ocupação, provocando a queda nas taxas de desemprego.

GRÁFICO 4 – Variação Real do PIB 2000 a 2012



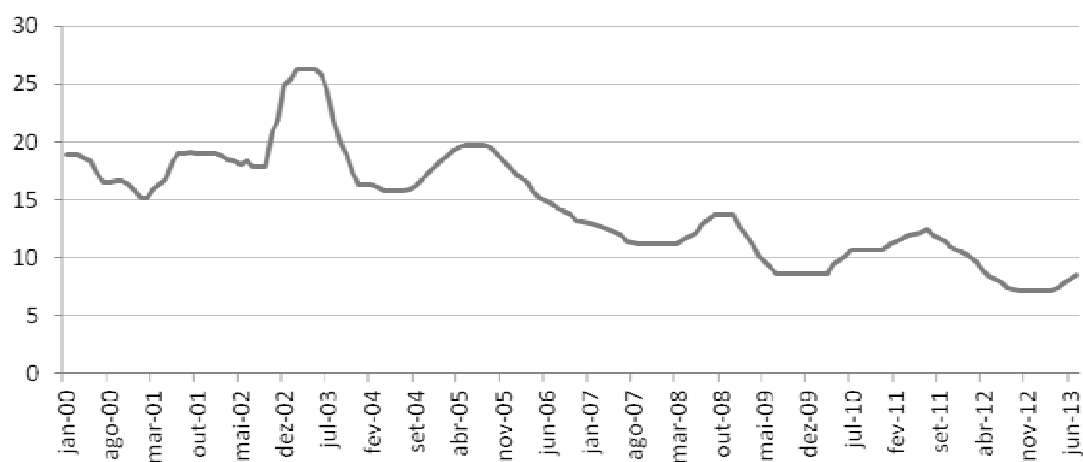
Fonte: BACEN.



A aceleração do crescimento econômico foi estimulada em grande medida pela diminuição da inflação e dos juros, conforme apresentado nos GRÁFICOS 5 e 6. A trajetória da taxa de juros é de queda contínua a partir de 2005 - naquele ano a taxa girava em torno de 20% a.a. Já em 2012, a taxa de juros auferiu seu menor valor no período, 7,25% a.a.

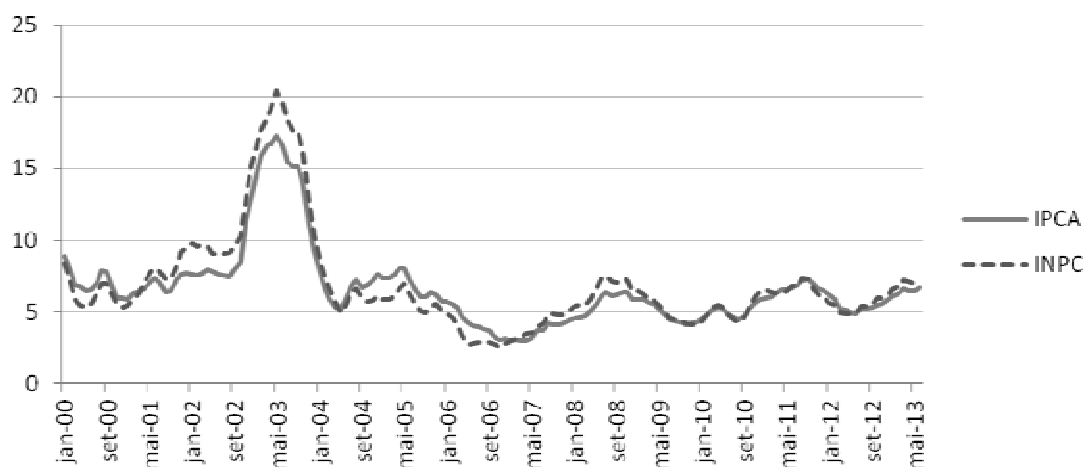
De 2003 a 2005, notamos uma política menos flexível em relação à taxa de juros, pois a prioridade era o controle da inflação, dado que o governo manteve o compromisso com o Regime de Metas de Inflação (RMI). Assim, a autoridade monetária elevou os juros em diversos momentos, com a finalidade de conter a inflação, para que esta ficasse dentro da meta.

GRÁFICO 5 – Evolução da Taxa Selic de Janeiro de 2000 a Junho de 2013



Fonte: BACEN.

GRÁFICO 6 – Evolução do IPCA e do INPC de Janeiro de 2000 a Maio de 2013



Fonte: IBGE.

Contudo, a partir de 2005, notou-se uma mudança na trajetória da taxa de juros, que passou a ser descendente. Isto representou a adoção de uma postura mais flexível na condução da política monetária em relação ao primeiro triênio do governo Lula (BIELSCHOWSKY & SOUZA, 2010). Neste momento, o ambiente macroeconômico era favorável e os preços das commodities estavam em alta, o que contribuiu para a valorização da moeda nacional e o barateamento da importação.

Da mesma forma que a taxa de juros, a inflação começa a permanecer próxima da meta, 4,5% ao ano em 2005, variando no interior das bandas, entre cerca de 6 % e de 3% ao ano. No final de 2002, quando eclodiu a crise de confiança na economia brasileira, a inflação ao consumidor estava em 12,5% ao ano e continuava acelerando-se. O novo governo recém-empossado sinalizou um ajuste macroeconômico sólido de modo a retomar o controle da situação monetária. Assim, o Banco Central (BACEN) aumentou sua taxa básica de juros em fevereiro de 2003 para 26,5% a.a. Diante da postura intolerante à inflação adotada pelo governo, somada à progressiva apreciação cambial, o BACEN iniciou um processo de redução da taxa SELIC.

Por meio da TABELA 2, podemos identificar que a partir de 2005, o governo adotou uma clara política de valorização do salário mínimo, que teve um aumento real de 8,23%. Em uma década, o aumento real do salário mínimo foi de 55,32%. Além disso, o GRÁFICO 7 aponta como o salário mínimo passou por um longo período de desvalorização; até hoje não conseguimos equiparar ao valor de 1983 (689,00).

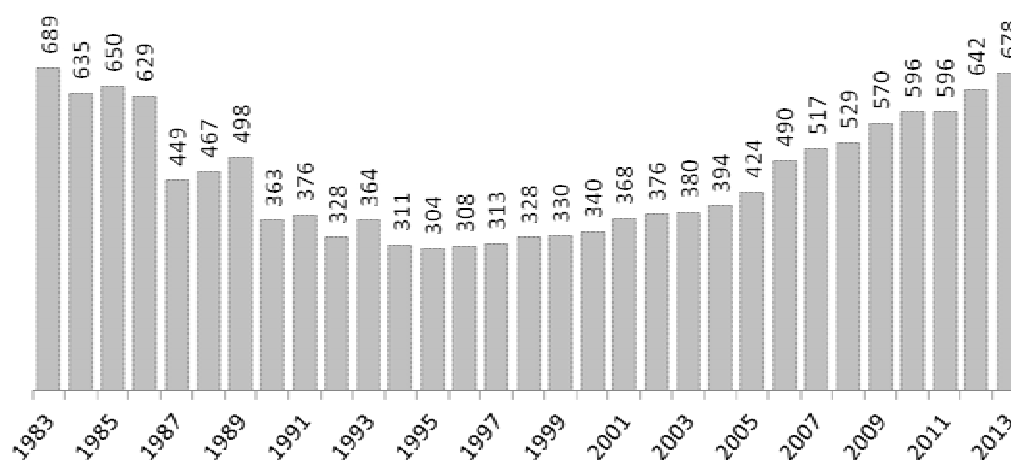
A recuperação recente da participação do rendimento do trabalho na renda nacional, a ampliação da taxa de ocupação em relação à força de trabalho e a formalização dos empregos da mão de obra proporcionaram uma retração da pobreza. Observa-se que a participação do rendimento do trabalho na renda nacional aumentou 14,8% entre 2004 e 2010 (Ipea, 2011).

TABELA 2 – Reajuste e Aumento Real do Salário Mínimo 2003-2013

<b>Ano</b>	<b>Salário Mínimo (R\$)</b>	<b>Reajuste Nominal (%)</b>	<b>INPC (%)</b>	<b>Aumento Real (%)</b>
<b>2002</b>	200	-	-	-
<b>2003</b>	240	20	18,54	1,23
<b>2004</b>	260	8,33	7,06	1,19
<b>2005</b>	300	15,38	6,61	8,23
<b>2006</b>	350	16,67	3,21	13,04
<b>2007</b>	380	8,57	3,3	5,1
<b>2008</b>	415	9,21	4,98	4,03
<b>2009</b>	465	12,05	5,92	5,79
<b>2010</b>	510	9,68	3,45	6,02
<b>2011</b>	545	6,86	6,47	0,37
<b>2012</b>	622	14,13	6,08	7,59
<b>2013</b>	678	9	6,1	2,73
<b>Total do Período</b>	-	<b>129,88</b>	<b>71,72</b>	<b>55,32</b>

Fonte: Dieese.

GRÁFICO 7 – Salário Mínimo Real Médio Anual em R\$ de 01/01/2013

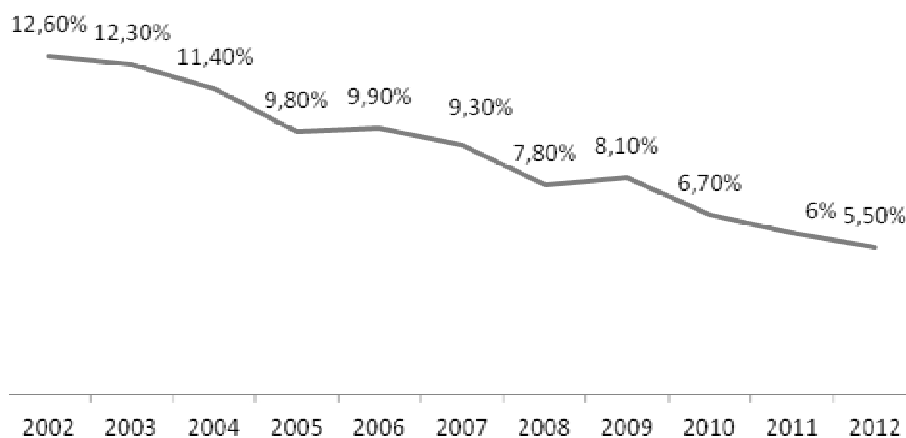


Fonte: Dieese.

A recente recuperação do valor real do salário mínimo tem contribuído decididamente para proteger e elevar o poder de compra das remunerações dos trabalhadores que se encontram nos postos de trabalho em profusão nos setores mais dinâmicos da economia nacional. Com isso, uma parcela considerável da força de trabalho conseguiu superar a condição de pobreza, transitando para o nível inferior da estrutura ocupacional de baixa remuneração, porém, não mais pobre, tampouco de classe média. Na primeira década de 2000, a parcela dos ocupados com até 1,5 salário mínimo aproximou-se de quase 59% de todos os postos de trabalho (IPEA, 2011).

Combinado com a recuperação do valor real do salário mínimo nacional, a recente expansão das vagas de salário de base permitiram absorver enorme parcela dos trabalhadores da base da pirâmide social, favorecendo a redução sensível da taxa de pobreza em todo o país. No GRÁFICO 8, observamos o comportamento da taxa de desemprego, que se apresentou decrescente entre 2002 e 2012, sendo que neste último ano seu valor foi de 5,5%.

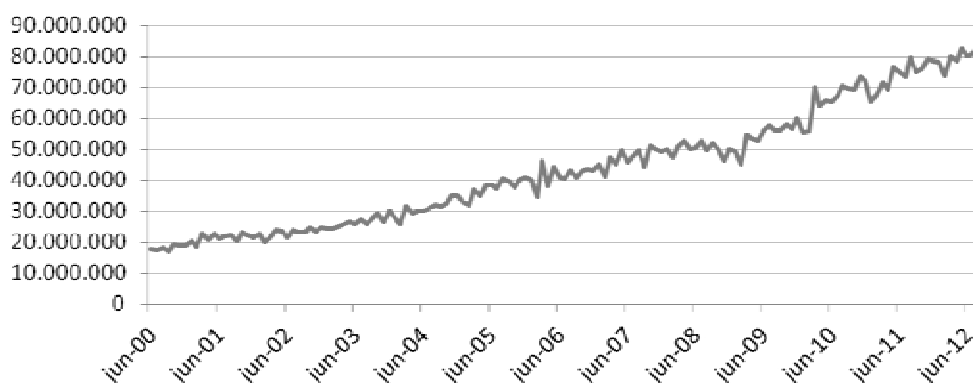
GRÁFICO 8 – Evolução da Taxa de Desemprego 2002 a 2012



Fonte: IBGE.

No que se refere à expansão do crédito, observamos no GRÁFICO 9 uma linha ascendente ao longo dos anos. Havia uma forte demanda reprimida por duas décadas de inflação elevada; somente nos anos 2000 esta demanda foi suprida, haja vista que nesse período os prazos foram esticados, os juros diminuídos e a renda aumentada. Os consumidores foram impulsionados pela confiança na expectativa de estabilização dos preços e ampliaram a demanda por bens duráveis mediante o aumento real do poder de compra dos salários.

GRÁFICO 9 – Concessões consolidadas das operações de crédito com recursos livres referenciais para taxa de juros - Total pessoa física



Fonte: BACEN.

Com a estabilização da moeda e a redução da taxa de juros, as famílias, favorecidas pelo aumento da oferta de emprego e do salário mínimo real, puderam, pela primeira vez em décadas, se endividar. Dado a tal cenário, o nível de endividamento das famílias dobrou de 2006 para 2012, que chegou a 43% (BACEN, 2012). Entretanto, este é um nível bem inferior quando comparado à média norte-americana, em que o percentual chega a 70%. O crédito consignado e o aumento dos prazos dos empréstimos, voltados principalmente aos funcionários públicos e beneficiários da Previdência Social, também são fortes responsáveis pelo aumento na tomada de crédito.

Mesmo com a evolução observada nos anos 2000, o percentual de crédito tomado ainda é pequeno quando comparado com países desenvolvidos e em desenvolvimento. É importante destacar que, no Brasil, grande parte da população não possui acesso ao crédito. Essa parcela é formada por pessoas excluídas da economia de mercado pelo baixo grau de instrução, pela localização geográfica ou mesmo por sua exclusão do mercado formal de trabalho, fator este primário para ter acesso ao crédito.

Avaliados em conjunto o aumento do emprego formal, a valorização salário mínimo, a expansão do crédito, a queda na taxa de juros e a estabilização econômica (controle inflação), constata-se que tais fatores foram fundamentais para elevação da renda de determinado estrato da população. É possível identificar uma estratégia política adotada pelo governo, principalmente a partir de 2005, com a finalidade de estimular o mercado interno e o consumo de massa.

### **1.5 Abordagem das perspectivas: Nova Classe Média X Novo Proletariado**

Após o longo período de estagnação econômica das décadas de 1980 e 1990, nas quais se mantiveram elevados os níveis de miséria e pobreza e, concomitantemente, a decadência das classes médias, no decorrer dos anos 2000 o Brasil passou por uma mudança em sua estrutura social. O crescimento econômico alargado pela ampliação das políticas sociais, estabilização da economia, reativação do mercado de trabalho formal, dentre outros fatores, possibilitaram que parte significativa da população brasileira auferisse uma renda mais elevada.

A partir de então, surgiram diversos estudos sobre o tema, dentre os quais se destaca o trabalho de Marcelo Neri (2008), realizado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, o qual introduziu o termo Nova Classe Média, referindo-se à ascensão da Classe C. Como consequência, iniciou-se um debate a respeito da adequabilidade do termo à ocorrência do fenômeno recente.

A pesquisa de Neri mensura as classes econômicas pelos seguintes estratos de renda (a preços de 2011): a Classe E constitui-se dos indivíduos que possuem uma renda domiciliar total de 0 a 751 reais, a Classe D de 751 a 1.200 reais, a Classe C de 1.200 a 5.174 reais e a Classe AB de 5.174 reais em diante. Neste cenário, a Classe C representa 50% da população brasileira de acordo com os dados da PNAD, sendo que 29 milhões de pessoas migraram para ela entre 2003 e 2009 (NERI, 2011).

Alicerçado na ideia de que a Classe C representa a faixa de renda média do país, o autor afirma que esta é a Nova Classe Média brasileira. Portanto, o conceito de classe média para ele limita-se puramente ao sentido estatístico. Além disso, fica evidenciado que este estrato de renda pode ser identificado como classe média por meio do aumento no consumo de computadores, carros, casas, expansão do crédito e, o aspecto mais importante, o aumento do trabalho formalizado. Neri ainda afirma que a Classe C detém pouco mais de 46% do poder de compra dos brasileiros em 2009 (NERI, 2010).

No mesmo estudo são detectados outros dois movimentos importantes na sociedade brasileira, contudo são pouco explorados. O primeiro é em relação à Classe E, que apresentou uma grande redução do número de participantes na primeira década dos anos 2000: 20 milhões de brasileiros deixaram tal estrato, o que representou uma diminuição de 40% entre 2003 e 2009 (NERI, 2009). O crescimento da Classe C e a redução das classes D e E seriam reflexo de um crescimento econômico mais equitativo.

Entretanto, o segundo movimento a ser destacado contesta esta afirmação, já que as classes AB foram as que mais cresceram em termos relativos (40%): 6,6 milhões de brasileiros ascenderam a tal estrato de renda.

Apesar de o Brasil ainda fazer parte dos países mais concentradores de renda do mundo, o recente crescimento econômico mais equitativo trouxe uma importante vantagem: mesmo que o nível de crescimento econômico não seja expressivo, construímos um grande potencial de consumo no que se refere ao mercado interno, pois parcela do crescimento econômico do país da década de 2000 se deu com distribuição de renda. Desta maneira, uma quantidade significativa de pessoas ascendeu ao consumo, sendo que antes não possuíam esta perspectiva ou a possuíam de forma limitada.

Dar o atributo de classe social a uma determinada faixa renda nubla o significado de classe social e o entendimento das questões relativas a desigualdades. Esta perspectiva expressa a sociedade como um ajuntamento de indivíduos sem conexão, ou seja, sem história, sem passado (SOUZA, 2010), acinzentando assim a consciência de classe trabalhadora e a identidade com as lutas operárias, já que a Classe C é caracterizada sumariamente por trabalhadores majoritariamente do setor de serviços que em sua maioria possuem precárias condições de trabalho.

[...] não se pode deduzir da estrutura de consumo ou de rendimentos a estrutura de classes de uma sociedade capitalista moderna. Nem definir o Brasil como um ‘país de classe média’ a partir desses critérios, sem considerar as condições mais gerais do desenvolvimento capitalista, da estruturação da sociedade, dos padrões e estilos de vida historicamente constituídos. (QUADROS, ANTUNES e GIMENEZ, 2013).

Sob esta perspectiva, o crescimento dos estratos do meio da distribuição da renda do país não nos define como uma sociedade de classe média. A Classe C destoa-se acentuadamente da tradicional classe média brasileira, embora o incremento de renda tenha permitido adquirir hábitos de consumo que antes eram exclusividade da parcela mais rica da população. Diferente da anterior, a Classe C não se intitula como classe ociosa; ao contrário, tem orgulho de afirmar que conquistou sua melhor posição social à custa de seu trabalho. Souza os nomeia de *self-made men* ou batalhadores, por se tratar de um grupo que obteve prosperidade por meio de trabalho duro, mesmo sem possuir auxílio de terceiros e sem a qualificação exigida pelo mercado.

Portanto, este segmento da sociedade conseguiu sozinho romper o ciclo vicioso da pobreza excludente e este seria o principal fator para que eles não se envergonhem de

declarar que isto foi fruto do trabalho, o que também justifica sua forte disposição para continuar trabalhando. Neste contexto, o consumo constitui-se numa forma de garantir uma qualidade de vida melhor, fruto do trabalho desses batalhadores submetidos a todo tipo precariedades. Assim, o consumo representa a concretização de uma conquista que se deu através da fé em si mesmo (SOUZA, 2010).

Para a tradicional classe média brasileira o consumo sempre foi um forte instrumento de marcação social, além da busca por diferenciação através da cultura e da meritocracia educacional. O consumo assume aqui um importante papel no imaginário social da classe média, que através do mérito profissional busca elevar cada vez mais o seu padrão de consumo. Assim, lugares, comidas e vestimentas são elementos que marcam a distinção entre a classe média tradicional da Nova Classe Média hoje emergente e dos pobres. Podemos desta forma, diferenciar os estratos sociais pelo o que consomem e onde concentram seus gastos. Enquanto os gastos das classes mais pobres se concentram em alimentação, moradia, vestuário e cuidados pessoais, os gastos da classe média tradicional estão concentrados em educação, cultura e lazer e serviços privados de saúde (VICENTE, 2012).

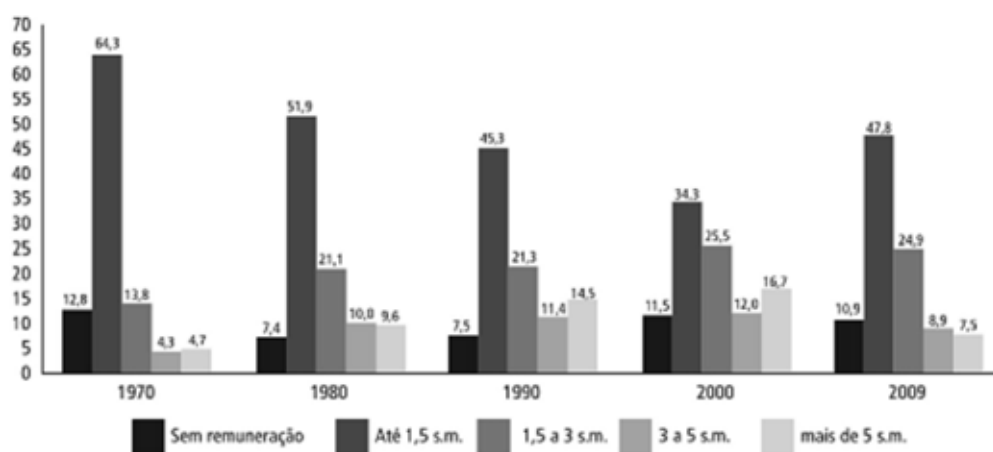
Segundo Souza e Lamounier (2010), o que diferenciaria a Nova Classe Média da classe média tradicional é o fato da última já estar estabilizada; ela se encontra enraizada em uma posição social. Por outro lado, a Classe C é um grupo ainda emergente e extremamente vulnerável. Desta forma, este estrato está passível a choques abruptos que poderiam mudar sua situação econômica em um curto espaço de tempo. Esta vulnerabilidade está relacionada ao seu frágil capital social, às condições de incerteza do mercado de trabalho, dentre outros fatores.

A nova classe dinâmica do capitalismo brasileiro, aqui intitulada como Classe C pode ser descrita da seguinte forma: trabalha de 10 a 14 horas por dia; tem um, dois ou mais empregos; estuda à noite, pois necessita trabalhar durante o dia. Concluímos desta forma que sua vida se resume em trabalhar para consumir um pouco daquilo que não podia antes (SOUZA, 2010). Trata-se da nova classe trabalhadora do capitalismo flexível, composta por auxiliares de escritório, atendentes, vendedores, garçons, professores primários, policiais, auxiliares de enfermagem, atendentes de telemarketing, entre outros. Esta classe trabalhadora, por auferir baixa renda, possui insuficiências e carências de todo tipo, atenção dispensada à saúde, à precariedade do transporte nas grandes cidades, às condições de moradia, aos problemas de segurança pública, às incertezas projetadas para a velhice (QUADROS, ANTUNES E GIMENEZ, 2013).



Como enfatizado por Neri, a ascensão da Classe C se deu principalmente pela geração de emprego formal. O GRÁFICO 10 explicita os tipos de empregos que foram criados na primeira década dos anos 2000. Estes correspondem majoritariamente a ocupações com remuneração de até 1,5 salários mínimos, isto é, empregos para a massa trabalhadora. Como afirma Pochmann (2012), esta é a composição da base da pirâmide social. A atividade que mais emprega com essa faixa de remuneração é o setor de serviços, que criou 6,1 milhões de postos de trabalho de 2000 a 2010, o que equivale a 31% das ocupações criadas no país (IPEA, 2011).

GRÁFICO 10 – Evolução da composição ocupacional segundo faixa de remuneração (em%)



Fonte: IBGE/PNAD. Em: Pochmann, 2012.

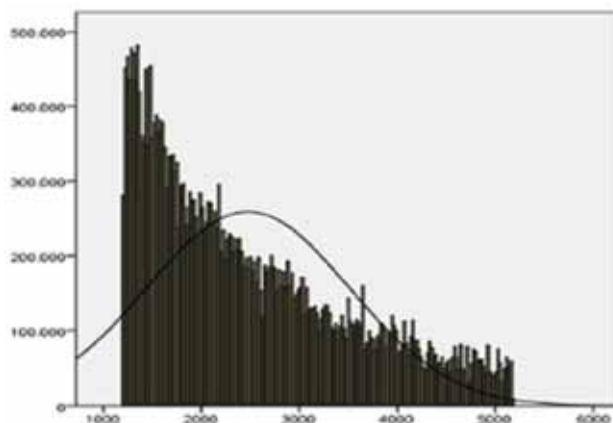
Além da enorme disparidade entre o piso e o teto do intervalo de renda proposto por Neri para qualificar sua intitulada Nova Classe Média, esta possui uma linha de corte para o ingresso bastante baixa, o que gera uma estrutura social com uma classe média superdimensionada. A faixa de renda domiciliar que mensura a Classe C varia de 1.200 a 5.174 reais; o valor de ingresso não é capaz de alcançar ao menos o Salário Mínimo Necessário (SMN), conforme estipula o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). O valor do SMN é estimado em R\$ 2.824,92 – valores de março de 2013 (DIEESE, 2014) e está fundamentado na Constituição Federativa do Brasil, art. 7, onde fica estabelecido que o salário mínimo deve ser capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e

previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo. Este valor é baseado em uma família de dois adultos e duas crianças.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), de 2011, do total dos trabalhadores brasileiros ocupados em idade ativa, 23,6% recebem até 1 salário mínimo; 22,4%, de 1 a 2 salários mínimos; e 9,0%, recebem de 2 a 3 salários mínimos. Somando essas três faixas de rendimento do trabalho, constata-se que 55% da população trabalhadora recebe até três salários mínimos (IBGE, 2011).

Por meio da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) as pesquisadoras Uchôa e Kerstenetzky (2012) demonstraram que o recorte da Classe C quanto à renda, concentra-se a valores inferiores a R\$2.690,90 e mais próximos a R\$1.200,00. Esta parcela corresponde a 60% do total deste estrato de renda, ou seja, há uma forte desigualdade na distribuição da renda domiciliar total dentro da própria Classe C como expressa a FIGURA 1.

GRÁFICO 11 – Histograma da Renda Domiciliar Total – Intervalo de R\$1.200,00 a R\$5.174,00



Fonte: IBGE/POF. Em: Uchôa e Kerstenetzky, 2012.

Dado que a maioria dos trabalhadores brasileiros (55%) recebe até três salários mínimos, podemos afirmar que eles estão sendo superexplorados, já que esta quantia é inferior ao mínimo necessário para sua reprodução. Ruy Mauro Marini trata da categoria da superexploração da força de trabalho que pode ser entendida como uma violação do valor da força de trabalho, seja porque a força de trabalho é paga abaixo do

seu valor, seja porque é consumida pelo capital além das condições normais, levando ao esgotamento prematuro da força vital do trabalhador.

Ainda tratando do conceito de superexploração, este pode se dar mediante quatro formas ou modalidades diferentes: a remuneração da força de trabalho por baixo do seu valor (conversão do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital); o prolongamento da jornada de trabalho, o que implica no desgaste prematuro da saúde físico-psíquica do trabalhador; o aumento da intensidade do trabalho, que provoca as mesmas consequências, com a apropriação de anos futuros de vida e trabalho do trabalhador; e, finalmente, o aumento do valor da força de trabalho sem ser acompanhado pelo aumento da remuneração (LUCE, 2013).

Marcelo Neri utiliza ainda três índices adicionais ao critério renda para qualificar a Nova Classe Média, a fim de provar sua sustentabilidade, são eles: Potencial de consumo; Capacidade de Geração de Renda; e Expectativa sobre o Futuro. O primeiro índice sustenta sua tese por meio do aumento do consumo de bens duráveis pela Classe C, o autor caracteriza classe média por seus hábitos de consumo. Já o segundo, explora as possibilidades deste determinado grupo se firmar como classe média levando em conta a quantidade de anos de estudo, qualidade do emprego, previdência, etc. Baseado na definição de classe média para Thomas Friedman que a delimita como aquela que tem um plano bem definido de ascensão social para o futuro, o terceiro índice aborda questões subjetivas.

O atributo potencial de consumo conferido por Neri ignora três elementos determinantes de suma importância: o nível crescente de endividamento e comprometimento da renda das famílias; o aumento do desgaste da força de trabalho para poder acessar tais produtos; o barateamento de vários desses produtos, antes bens supérfluos, e que passaram à condição de bens de consumo necessário.

Marx denominou este último como elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e é ele o que explica que não há nada de estranho no fato de que, nas periferias urbanas pobres, se espalhem televisões, celulares ou computadores, apesar desta população não ter acesso a bens básicos de sobrevivência, como alimentos, vestuário, entre outros (LUCE, 2013).

[...] o desenvolvimento material da sociedade e a generalização de novos bens vão transformando estes [novos bens] em bens necessários em épocas determinadas (OSORIO, 2009, p. 179).

Podemos afirmar que a sociabilidade capitalista impõe aos trabalhadores necessidades que antes inexistiam. Mesmo após este recente período de crescimento econômico com maior distribuição de renda, ainda há parcela da sociedade que não possui bens materiais básicos, próprios da época em que vivem e que satisfaça ao mesmo tempo e de maneira suficiente o resto de suas necessidades.

Uma característica da discutida Classe C é que o aumento de consumo de bens duráveis ou não se deu principalmente por meio do crédito, que no período recente expandiu-se fortemente. Para uma parcela dos trabalhadores a única forma de acessar tais bens de consumo que se tornaram bens necessários foi por meio do endividamento ou ainda, submeter-se a uma carga extra de trabalho. Esta situação tipifica uma alteração do elemento histórico-moral sem que haja um acompanhamento pela remuneração.

Oliveira (2012), partilha da visão de Neri e afirma que a Nova Classe Média é manifesta principalmente pelo seu padrão de consumo, sendo que a principal via de acesso ao consumo para as classes mais baixas é a via crédito. Diante do cenário econômico mais favorável e dado o controle da inflação, os prazos para pagamento ficaram mais longos, assim, as parcelas passaram a se enquadrar no orçamento familiar. Para esta autora, o aumento do consumo significa que a Classe C busca prestígio social e um estilo de vida parecido com o da classe média tradicional, mesmo que para isso necessite se endividar.

Analisando somente o estrato de renda da Classe C sob os aspectos mais qualitativos deste segmento, os dados da POF apontam que 75% de suas unidades residenciais apresentam apenas um banheiro e que muitas delas ainda não dispõem de nenhum banheiro (400 mil). Quanto ao acesso a crédito, mais de 60% dos chefes de domicílio não dispõem de cartão de crédito, mais de 80% de cheque especial e mais de 70% de plano de saúde. Os dados da dimensão educacional também são pouco animadores: mais de 50% dos chefes de domicílio possuem apenas ensino fundamental completo ou incompleto, o primeiro ciclo da educação básica. E ainda, mais de 9% dos chefes de domicílio são analfabetos (UCHÔA E KERSTENETZKY, 2012).

Sob esta perspectiva, confirmamos que somente a renda não é uma boa *proxy* para estudos desse estrato social. Seu caráter é um pouco mais complexo, dada a forte desigualdade nos baixos padrões de vida e poucas oportunidades. Portanto, mesmo que os indivíduos na faixa de renda intermediária (Classe C) se tornem consumidores de bens duráveis, isto não é um indicador de que tenham deixado a condição de

trabalhadores precarizados e se tornado classe média. Comemoram, sem maiores qualificações, a classe média das empregadas domésticas e dos analfabetos. (QUADROS, ANTUNES E GIMENEZ, 2013).

O fato de a massa dos trabalhadores ter entrado no mercado por meio do consumo não significa que esta classe pobre se beneficie do mercado da mesma forma que aqueles que participam do consumo regularmente, como a classe média tradicional e a classe alta. Os pobres entram nas estatísticas de consumo de forma preponderante, mas possuem um baixo capital cultural para o jogo competitivo do mercado de trabalho. O nível educacional de tal estrato é insuficiente, falta-lhes educação mais regular e mais longa, cultura e profissionalização. Este é o principal gargalo da mobilidade social no Brasil (BOMENI, 2011).

Um critério mais adequado seria por meio da sociologia do trabalho, em que tipo de ocupação qualifica quais segmentos da população pertencem a quais classes; a lógica é de como as pessoas ganham dinheiro, e não quanto dinheiro elas têm. Nesta concepção se destacam as relações e fatores estruturais e/ou institucionais estabelecidas pelos indivíduos. Classe social poderia então ser entendida como um conjunto de pessoas com trajetórias semelhantes. De modo igual, jovens estudantes de medicina, direito ou engenharia, por exemplo, apesar de provavelmente apresentarem rendimentos inferiores a dos profissionais, fazem parte da mesma classe das pessoas que atualmente ocupam as posição pelas quais eles aspiram e que já contam com rendimentos acima da média (SALATA, 2012).

Os fatores estruturais são descartados ao assumir a ideia de mobilidade social partindo unicamente de critérios econômicos. Ao desprezá-los, ignoramos os elementos determinantes da contínua reprodução da desigualdade no país. Além disso, outras questões como a educação e as garantias de sustentabilidade no mercado de trabalho são deixadas de lado, sendo que estas são de extrema importância para compreender as relações de poder inscritas na dinâmica social.

A tese da Nova Classe Média pretende demonstrar que o país está fundamentado social e economicamente na classe média, e não na imensa massa de trabalhadores manuais, trabalhadores do setor de serviços, nos pobres e excluídos que ainda representam uma parcela bastante significativa da população. Desta forma, a ascensão da Classe C transformou-se em símbolo da política econômica de viés liberal pelo qual o país vem passando desde a década de 2000 e dos projetos sociais do governo. Tal modelo conveniente encobre as contradições sociais, a massa de

trabalhadores intelectuais proletarizados, o aumento da exploração e a deterioração das condições de trabalho (ABDALA e MISOCZKY, 2012).

Em contrapartida, o Comunicado nº 104 do IPEA (2011) aponta os mesmos avanços que Neri, contudo não classifica a Classe C como classe média e sim como a parcela considerável da força de trabalho que conseguiu superar a condição de pobreza. A classe média, a propósito, praticamente não sofreu alteração, manteve-se estacionada e continua representando cerca de 30% dos brasileiros, enquanto os trabalhadores de salário de base aumentaram a sua participação relativa de menos de 27%, em 1995, para 46,3%, em 2009 (IPEA, 2011).

Constatamos desta forma, que a principal mudança na estrutura social do país foi a saída da pobreza moderada e não a ascensão de uma Nova Classe Média, como anunciado. Outro movimento relevante da estrutura social do país não abordado neste estudo foi a saída da miséria, que foi impulsionada fortemente pelos programas sociais do governo, dentre eles Bolsa Família, benefício de prestação continuada para deficientes físicos e idosos, universalização da aposentadoria rural, etc.

## **CAPÍTULO 2 – CARACTERIZAÇÃO ESTRUTURA SOCIAL DO BRASIL E A CLASSE C**

### **2.1. Introdução**

Com o escopo de analisar as questões anteriormente colocadas, este capítulo discute a evolução de alguns indicadores relacionados à estrutura social do país e ao processo de ascensão da classe C. Inicialmente são realizadas considerações metodológicas acerca da elaboração da base de dados utilizada nesta dissertação. A seguir, por meio da análise dos indicadores selecionados, são levantadas hipóteses acerca da sustentabilidade da classe C ao longo do tempo a luz de suas características, informações estas necessários à construção de um modelo que permita analisar os impactos de variações destas e estimar a probabilidade desta parcela da população voltar a condição de pobreza.

Desta forma, o capítulo apresentará um conjunto de indicadores de estatística descritiva. A princípio será feita uma análise macro em relação à distribuição de renda no país. A seguir, serão utilizadas variáveis-chaves a fim de capturar o movimento de ascensão da Classe C e qualificá-la. A análise central é se esta possui ou adquiriu, no período analisado, características fundamentalmente encontradas na tradicional classe média, como investimento em educação, trabalho formalizado, etc. Assim, será possível questionar a utilização do termo Nova Classe Média.

### **2.2. Construção das Bases de Dados**

A construção da base de dados utilizada nesta dissertação apoiou-se em informações disponibilizadas através de sistema eletrônico via Internet pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados utilizados são provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), trata-se de uma pesquisa realizada anualmente com sua amostra obtida por meio de pesquisas domiciliares, tendo como período de referência a última semana do mês de setembro. A PNAD aborda as características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, e características dos domicílios, e, com periodicidade variável, informações sobre migração, fecundidade, entre outras, tendo como unidade de

coleta os domicílios<sup>3</sup> (IBGE). Por se tratar de uma pesquisa por amostra domiciliar, esta pode nos revelar tendências, portanto, não tem valor absoluto sobre toda população.

Destaque-se que a consolidação das informações colocou a necessidade de se efetuarem escolhas no início do trabalho de elaboração da base de dados. A primeira referia-se à definição do período a ser coberto pela análise.

O período de análise escolhido para este estudo foi de 2002, 2005, 2009 e 2011, isto porque consegue englobar um intervalo de diferentes ciclos da economia brasileira. O primeiro ano, 2002, se refere ao último ano do governo FHC, quando as políticas de desenvolvimento com distribuição de renda eram mais tímidas e estabilidade era o foco central. Em 2005, a postura do governo começa a tomar uma forma diferente, que pode ser intitulada de neodesenvolvimentista (BOITO, 2012), em que a política é voltada para o crescimento econômico acompanhado de transferência de renda. Os dados de 2009 e 2011 podem expressar a continuidade de tais políticas, mesmo após a eleição de Dilma Rousseff neste último ano do intervalo de análise aqui proposto.

No que tange ao tratamento da base, foram excluídas das unidades domiciliares que não possuísem informações sobre renda, sendo esta a principal variável para a delimitação da Classe C. Os dados referentes a pensionistas, empregados domésticos, assim como os parentes dos empregados domésticos qualquer um destes que residiam no domicílio, não foram levadas em consideração. Para este estudo, somente foram consideradas informações de domicílios particulares, sejam eles permanentes ou improvisados.

À medida que utilizamos pesquisas com um grade intervalo de tempo entre si, necessitamos trazer todos os valores destes períodos a uma mesma referência. Para isto, utilizamos o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), pois conforme Corseuil e Foguel (2002), este é o índice de preços apropriado para a correção monetária de valores como os captados pela PNAD. Devido, principalmente, à sua abrangência, pois é calculado com base nos preços de dez regiões metropolitanas brasileiras e mais o Distrito Federal, além de que a cesta de produtos pesquisados e seus pesos serem definidos a partir dos hábitos de uma parcela restrita de consumidores (com renda familiar de 1 a 8 salários mínimos e, portanto, uma parcela mais pobre da população).

---

<sup>3</sup> Sobre a PNAD ver em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=40](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40)>



Se utilizássemos o deflator de apenas um mês de referencia, este captaria somente variações nos preços entre o dia 1º do mês e o mesmo dia do mês seguinte. Contudo, há uma defasagem entre o mês de pesquisa, no caso da PNAD, setembro, e o mês de recebimento da renda declarada na pesquisa, outubro. Portanto, faz-se necessário o cálculo de uma média geométrica entre os índices dos meses de setembro e outubro de dado ano, para que os rendimentos captados pela PNAD sejam deflacionados (CORSEUIL; FOGUEL, 2002).

Com o escopo de aproximar os números apresentados a história recente, neste estudo, todos os rendimentos foram deflacionados para reais (R\$) de setembro de 2011 a partir do INPC corrigido para a PNAD. Deste modo, foi realizado um ajuste no índice de inflação, a fim de que esse considere as variações percebidas no dia primeiro de cada mês – período de referência para os rendimentos captados pela PNAD – e não permaneça centrado no dia 15 de cada mês como originalmente prevê sua metodologia (CORSEUIL; FOGUEL, 2002). A TABELA 3 contempla os valores corrigidos de 2002, 2005 e 2009 e o deflator para setembro de 2011.

TABELA 3 – Valores do INPC utilizados para calcular os deflatores

Ano	INPC Setembro	INPC Outubro	INPC Corrigido <sup>1</sup>	Deflator <sup>2</sup>
<b>2002</b>	1947.15	1977.72	1962.38	0.568844057
<b>2005</b>	2545.47	2560.23	2552.84	0.740004908
<b>2009</b>	3071.32	3078.69	3075.00	0.891367165

Fonte: IBGE (2011).

Nota: <sup>1</sup> Média Geométrica de setembro e outubro de cada ano até 2009.

<sup>2</sup> O valor do INPC de setembro de 2011 é 3.449,76.

Enunciou-se, no capítulo precedente, que fatores relacionados à delimitação de classe, ultrapassam o quesito renda. Portanto, as variáveis selecionadas para este trabalho procuram satisfazer tal conceito. Por isso, trazemos quatro variáveis em especial, estas são: Nível de Educação, Posição na Ocupação, Horas Trabalhadas e Tipo de Trabalho. Todas elas foram construídas a partir das várias contidas na PNAD que disponibiliza um Dicionário de Variáveis que permite entender e cruzar informações contidas nessa pesquisa.

Para a manipulação das bases de dados foi utilizado o programa SAS ® (Statistical Analysis System) versão 9.1.3 e utilizado as linguagens de programação SQL, DATA SET e MACRO. No item ANEXO encontram-se basicamente os

tratamentos realizados com cada variável para a obtenção dos resultados que serão apresentados nos capítulos a seguir.

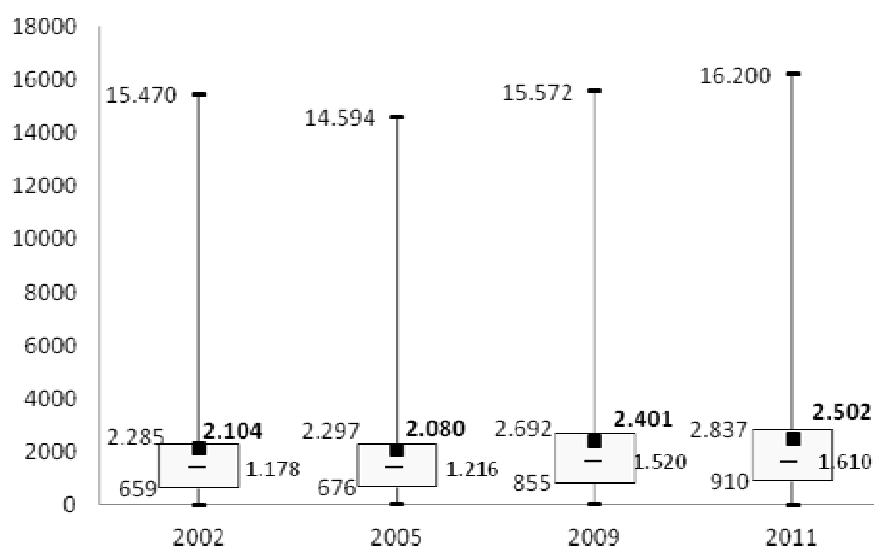
### **2.3. Análise da Distribuição de Renda no Brasil em 2002, 2005, 2009 e 2011**

A PNAD define como renda domiciliar o “rendimento mensal domiciliar para todas as unidades domiciliares, exclusive o rendimento das pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico e das pessoas de menos de 10 anos de idade”. Por meio desta delimitação do conceito de renda domiciliar denominado pelo IBGE foi realizado o recorte de faixas de renda que o pesquisador Neri (2011) nomeia de Classe E, indivíduos que possuem uma renda domiciliar total de 0 a 751 reais, Classe D de 751 a 1.200 reais, Classe C de 1.200 a 5.174 reais e Classe AB de 5.174 reais em diante, a preços de 2011.

A fim de trazer um retrato da evolução da distribuição de renda no país nos anos de 2002, 2005, 2009 e 2011 o GRÁFICO 12 dimensiona a concentração de renda ainda presente. Ainda que de forma limitada os parâmetros de posição da distribuição auxiliam a ilustração da forma de distribuição de renda no país, contudo, o coeficiente de Gini e o índice de Theil são mais precisos.

O GRÁFICO 12 pode ser analisado da seguinte forma, o menor valor de renda domiciliar a nível nacional é zero em todos os anos, em 2002, o primeiro quadrante, ou seja, 25% da população possui uma renda domiciliar de até 659 reais, enquanto o terceiro quadrante, 75% da população, possuía uma renda domiciliar de até 2.285 reais, o ponto máximo da pesquisa indica um domicílio com uma renda que atinge o valor de 15.480 reais. Ainda em 2002, a renda domiciliar média, 2.104 reais, destoa-se significativamente da mediana, 1.178 reais, o que enfatiza a forte concentração de renda. Salienta-se que para retirar os valores atípicos da amostra utilizaram-se os pontos máximo e mínimo de 99% e 1% das bases respectivamente.

GRÁFICO 12 – Box plot: Distribuição da Renda Domiciliar (R\$) – Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011



Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração da autora.

De 2002 para 2005 a distribuição de renda não se alterou essencialmente, notamos valores muito similares na distribuição exposta no GRÁFICO 12. Este é um reflexo direto da política econômica do período. Contudo, a partir de 2005, notou-se uma mudança na trajetória da política monetária, adotou-se uma postura mais flexível, em relação ao período anterior. Isto, inserido em um momento onde o cenário internacional era muito favorável ao Brasil, especialmente no que se refere ao setor externo, com a alta de preços das commodities e a forte demanda chinesa. Tal ambiente propiciou o crescimento econômico alinhado a políticas de distribuição de renda aderidas pelo governo Lula.

Em 2009, todas as faixas tratadas no gráfico auferiram valores mais altos que 2005 e 2011 seguiu a mesma tendência. Esta mudança no quadro distributivo de renda no Brasil é consequência da postura de governo que adotou uma série de políticas voltadas para a parcela mais pobre da sociedade. Realizando uma comparação entre o primeiro ano de nosso estudo, 2002, em relação ao último, 2011, observamos que houve um crescimento de 38% da renda domiciliar do primeiro quadrante, 37% da mediana, 19% da média, 24% do terceiro quadrante e 5% o ponto máximo.

A despeito de o Brasil ainda ser um país muito concentrador de renda, notamos um deslocamento, especialmente, do quadrante inferior. Isto pode ser compreendido por meio o aumento da oferta de emprego formal, da ampliação dos benefícios de

programas sociais para pessoas com remuneração inferior a um salário mínimo, da política de valorização do salário mínimo, além da universalização e vinculação do piso do benefício previdenciário ao valor do salário mínimo. Todos estes fatores apresentados contribuíram significativamente para essa configuração ao retirar muitas famílias da condição de pobreza.

Apesar do exposto, deve-se levar em consideração que embora o crescimento tenha sido de 38% da renda domiciliar do primeiro quadrante de 2002 para 2011 o valor de 910 reais como renda para um domicílio é muito baixo para o sustento de uma família. Trouxemos no capítulo anterior o conceito de Salário Mínimo Necessário do DIEESE que coloca um valor em R\$ 2.824,92 como o básico para uma família composta por quatro pessoas desfrutarem de uma vida digna. A política adotada foi a fim da saída da miséria e não da condição de pobreza, pois um quarto da população ainda atinge como rendimento mensal somente 910 reais.

Outro método no qual podemos expressar um crescimento mais equitativo é a razão entre a renda média dos 10% mais ricos (RR) sobre a renda média dos 10% mais pobres (RP) como traz a TABELA 4. Em 2002, a renda média dos 10% mais pobre era de 244 reais, enquanto em 2011 era de 349 reais, o que representa um crescimento de 43%. Enquanto isso, a renda média dos 10% mais ricos em 2002 era de 9.071 reais e o mesmo número em 2011 era de 9.482 o crescimento no período foi de apenas 5%.

TABELA 4 – Renda Média dos 10% mais ricos sobre a Renda Média dos 10% mais pobres – Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011

<b>Renda Média</b>	<b>Anos</b>			
	<b>2002</b>	<b>2005</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>
<b>RR = Renda média dos 10% mais ricos</b>	R\$9.071	R\$8.578	R\$9.416	R\$ 9.482
<b>RP = Renda média dos 10% mais pobres</b>	R\$244	R\$284	R\$344	R\$349
<b>RR/RP</b>	<b>37,24</b>	<b>30,19</b>	<b>27,35</b>	<b>27,15</b>

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração da autora.

A razão entre a RR e a RP diminuiu substancialmente no período analisado. Os movimentos que expressaram maiores mudanças são de 2002 para 2005, com o maior

decréscimo do período de 19%, de 2005 para 2009 com decréscimo de 9% e finalmente de 2009 para 2011 com uma queda de apenas 1%.

A distribuição das faixas de renda das Classes A/B, C, D e E expressa na TABELA 5 também confirmam que foram as camadas mais baixas que auferiram maiores rendimentos no período analisado. Chama a atenção a classe E, domicílios com renda até 751 reais, que representava cerca de um terço da população brasileira em 2002 e foi perdendo espaço até chegar a 20% em 2011. A Classe C também ganhou espaço, não na mesma proporção que a Classe E, contudo a partir de 2009 passa a incorporar 50% da população. A participação das classes A/B e D na distribuição do percentual da população permaneceu quase inalterada no período do estudo cerca de 10% e 20% respectivamente.

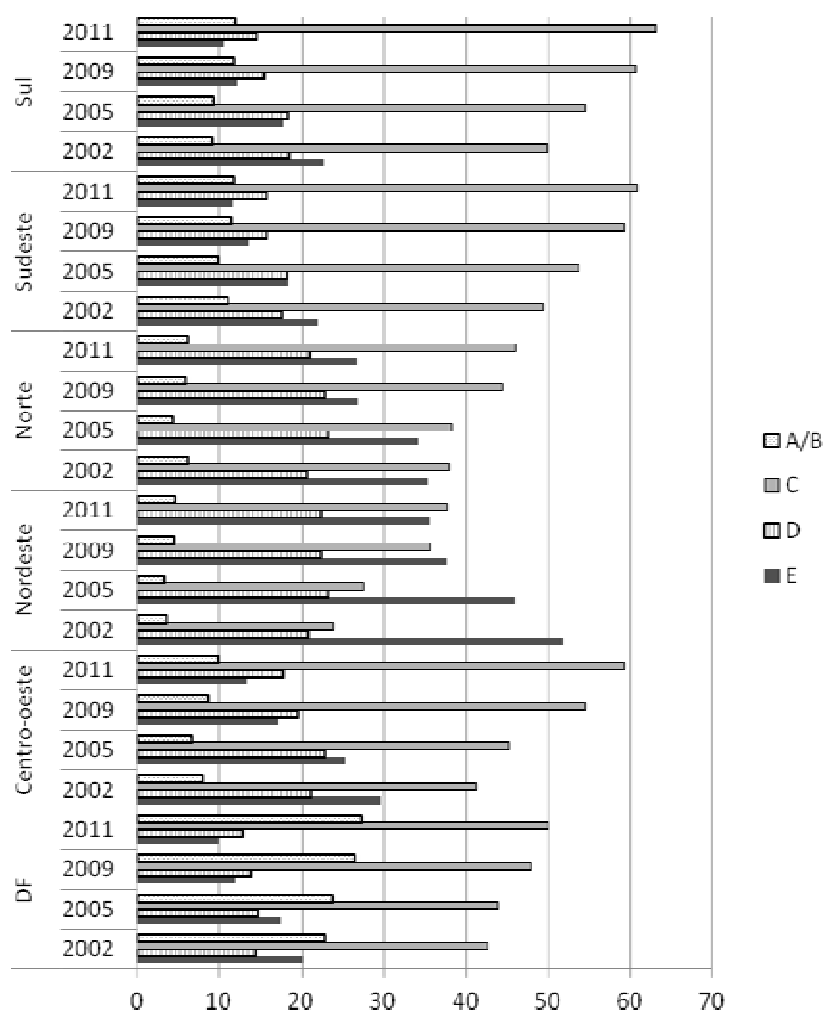
TABELA 5 – Distribuição Faixas de Renda– Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011

Faixas de renda	Anos			
	2002	2005	2009	2011
<b>A/B</b>	8%	7%	9%	9%
<b>C</b>	41%	45%	51%	53%
<b>D</b>	19%	20%	18%	18%
<b>E</b>	32%	28%	22%	20%

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração da autora.

Para completar a análise de distribuição de renda no nível do Brasil, iremos qualificar as mudanças ocorridas quanto a alocação de renda nas diferentes regiões do país e verificar se as desigualdades históricas foram amenizadas. O GRÁFICO 13 expõem a distribuição das classes A/B, C, D e E dentro de cada região, ano a ano. São notórios dois movimentos específicos, o da queda da participação da Classe E em todas as regiões e o aumento de participação da Classe C em todas as regiões também. O que diferencia é a proporção da queda e do aumento, a região Nordeste foi que obteve o maior crescimento da Classe C de 2002 a 2011: 58%; e a região Norte a que menos ganhou a participação desta parcela da população: 23%.

GRÁFICO 13 – Estrato de Renda x Região Geográfica – Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011 (%)



Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração da autora.

No que se refere ao decréscimo da classe E, a região Centro-Oeste foi a que perdeu mais participação, 56% e a região Norte que perdeu menos, 24%. A Classe A/B cresceu em todas as regiões, em algumas mais como no Nordeste e no Sul, cerca de 30%, e em outras, menos como no Norte e no Sudeste, 2% e 7%, respectivamente. A Classe D decaiu na maioria das regiões, somente no Norte e no Nordeste que possuíram um pequeno crescimento, 2% e 7%, respectivamente.

Ainda que tenha ocorrido todas estes avanços a faixa inferior de renda ainda é muito significativa para as regiões historicamente menos desenvolvidas, Norte e

Nordeste, 21% e 38%, da população destas regiões possuem uma renda domiciliar de até 751 reais, respectivamente. As regiões mais desenvolvidas, Sul e Sudeste, apresentam uma distribuição do percentual de suas populações muito próximas, com cerca de 12 % na Classe A/B, 63% na Classe C, na 15% Classe D e na 11% Classe E.

## **2.4 Análise de distribuição de renda dentro da Faixa C**

Dada a notável ascensão da Classe C justifica-se uma análise mais detalhada sobre ela, visto que esta já que é composta por cerca de 50% dos brasileiros. A partir da definição de Classe C de Neri (2011), renda domiciliar de 1.200 á 5.174 reais, discutiremos neste e no próximo tópico quem são e como são esta parcela da população. Um ponto importante é o grande intervalo de renda que corresponde a esta classe, domicílios com renda de 1.200 reais possuem hábitos de consumo, acesso a serviços e possibilidades de investimento muito diferentes de domicílios com renda de 5.174 reais.

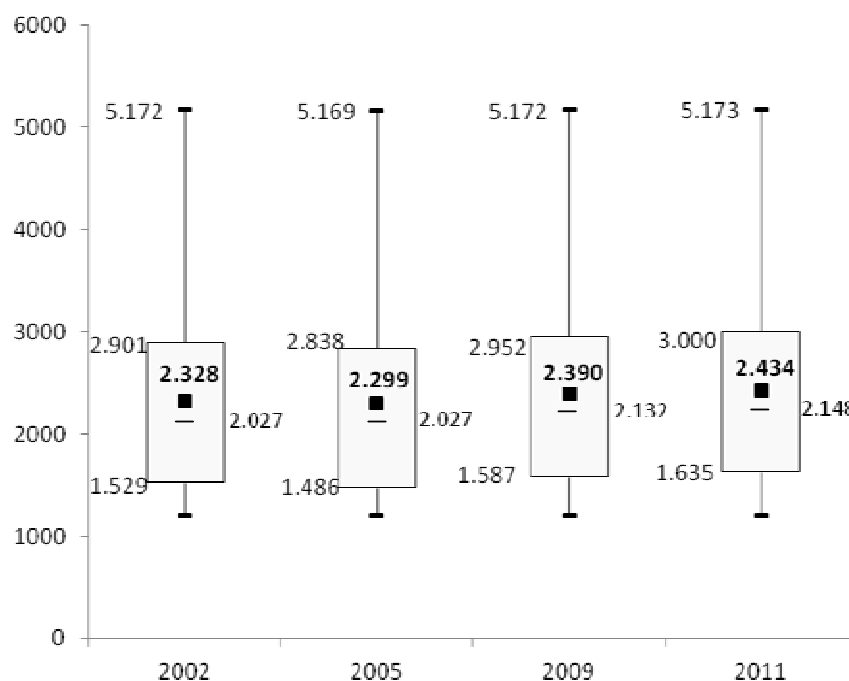
O GRÁFICO 14 expressa a distribuição de renda dentro da Classe C e como ela evoluiu ao longo dos anos de 2002, 2005, 2009 e 2011. O primeiro quartil desta classe possuía uma renda de 1.529, 1.486, 1.587 e 1.635 reais em 2002, 2005, 2009 e 2011 respectivamente. Estes números não expressam grande mudanças, de forma geral o GRÁFICO 14 nos transmite a ideia de que não houveram alterações significativas na distribuição de renda dentro da Classe C.

Portanto, temos que 50% das pessoas que compõem a classe C possuem uma renda em torno de 2.100 reais e que somente 25% dos que fazem parte dessa classe possuem uma renda superior a 3.000 reais. Poderíamos então, sugerir uma quebra diferente, pois observamos uma concentração de renda muito elevada dentro da própria classe delimitada. Se fizéssemos somente uma modificação simples, aplicássemos como piso a faixa inferior, 1.500 reais já que 25% da classe C possui uma renda entre o piso do recorte e com até 300 reais de diferença. Por meio da mudança proposta, realocaríamos os percentuais das faixas de composição do país, isto é, se hoje a Classe C corresponde a cerca de 50% da sociedade, ao retirarmos 25% dela, esta passaria a representar 37% da população e a Classe D representaria 33% já que hoje corresponde a 20%.

Esta simples alteração já implicaria em uma visão diferente da atual, sendo que o recorte proposto não determina nenhuma mudança incoerente já que são apenas 300

reais de diferença. Esta parcela correspondente a esta faixa inferior de renda aqui discutida, possui características muito que se aproximam mais com a Classe D do que a uma suposta nova classe média.

GRÁFICO 14 – Box plot: Distribuição da Renda Domiciliar dentro da Classe C– Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011



Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração da autora.

## 2.5 Evolução dos Indicadores da Faixa C

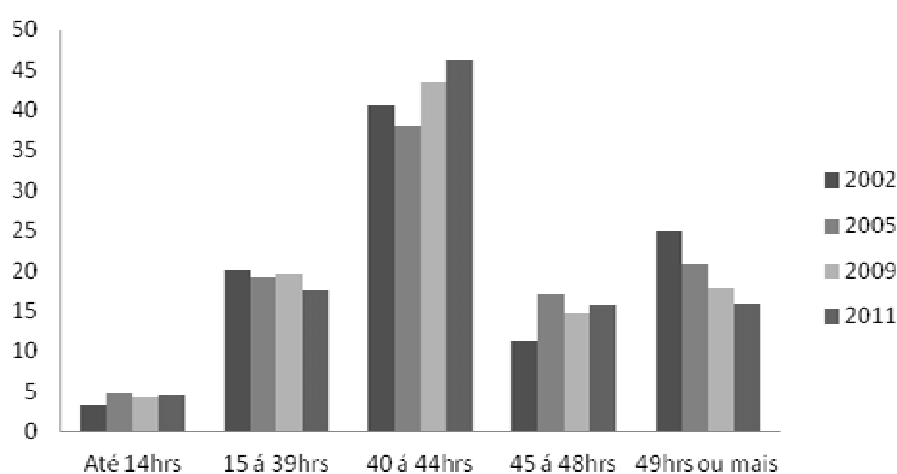
Como exposto em outros tópicos, temos como escopo qualificar a Classe C não só pela delimitação da renda, mas por características que podem delimitar proximidades ou não com a tradicional classe média. Trataremos de quatro variáveis em especial, estas são: Nível de Educação, Posição na Ocupação, Horas Trabalhadas e Tipo de Trabalho. Além destas, iremos explorar a tendência de decrescimento das famílias que compõem tal classe, o percentual de gasto com moradia e entre outras informações e conclusões relevantes.

No capítulo anterior, foram expostos os dados em relação a oferta de emprego, as taxas decrescente do nível de desemprego de 12,6%, 9,8%, 8,1% e 6% em 2002, 2005, 2009 e 2011 (IBGE). O GRÁFICO 15 nos permite concluir que a Classe C se



beneficiou deste momento favorável, pois a maioria dela encontra-se na faixa dos que trabalham de 40 á 44 horas semanais. Esta informação nos faz entender que trata-se de trabalhadores assalariados formais, já que esta é a jornada máxima de trabalho que segundo a legislação trabalhista. Outro ponto a se ressaltar é a diminuição de horas trabalhadas dentro do período analisado. Houve redução ano a ano na parcela da Classe C que trabalha mais de 49 horas por semana.

GRÁFICO 15 – Classe C x Horas Trabalhadas – Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011  
(em %)



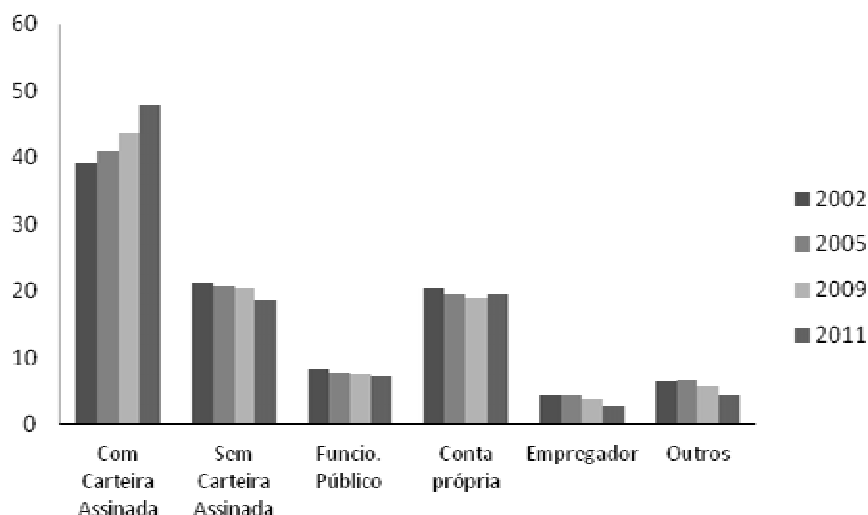
Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração da autora.

De acordo com o exposto podemos afirmar que a Classe C se aproxima da tradicional classe média quanto a horas trabalhadas e o emprego formal. Isto por que ela historicamente é composta por funcionários públicos, por trabalhadores mais qualificados e que possuem condições de trabalho mais dignas, além é claro, do segmento mais alto que corresponde a dirigentes, empregadores, entre outros. Para podermos cruzar essas informações e verificar se tal conclusão é correta, utilizamos a variável da PNAD Posição da ocupação no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 10 anos de idade ou mais.

Com o intuito de construir as variáveis empregadas neste estudo, foi agrupado empregado com carteira de trabalho assinada que inclui trabalhadores domésticos, funcionário público que contempla militares, empregado sem carteira de trabalho assinada que inclui trabalhadores domésticos, conta própria, empregador e as seguintes categorias foram utilizadas para compor a variável "Outros": trabalhador na produção

para o próprio consumo, trabalhador na construção para o próprio uso e não remunerado.

GRÁFICO 16 – Classe C x Posição na Ocupação – Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011 (em %)



Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração da autora.

A hipótese de que a Classe C se concentra em trabalhadores com carteira assinada se confirma por meio do GRÁFICO 16. Esta parcela chega a quase 50% da Classe C, o percentual de funcionários públicos não é muito relevante, em torno de 7%. As posições na ocupação que também se destacam são os trabalhadores por conta própria, seguido pelos trabalhadores sem carteira assinada que correspondem a 20% da composição cada um, números referentes a 2011. Temos, desta forma, que um quinto da classe C, no mínimo, possui condições de trabalho muito precária e instável.

Com o objetivo de auxiliar a interpretação dos recentes movimentos das classes médias no interior da estrutura social brasileira utilizaremos informações sócio-ocupacionais, Este é um meio para qualificarmos de forma mais assertiva as informações que temos até o momento.

Inspirado em Goldthorpe, relacionaremos as condições de empregos sobre as quais a Classe C está submetida, como estabilidade em relação à remuneração, qualificação profissional e dificuldade em determinar seu tipo de trabalho, ou seja, sua definição de grupos de classes está pautada sobre os contratos de trabalho. Portanto, nos aproximaremos do esquema de classificação desenvolvido por Erikson, Goldthorpe e

Portocarero (1969), este é construído a partir das informações ocupacionais e seu objetivo é diferenciar posições dentro do mercado de trabalho e das unidades produtivas.

Na construção desse esquema, foi utilizada a informação advinda da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) gerida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para fundamentar as decisões quanto a delimitação do tipo de trabalho. O primeiro critério de distinção separa cargos de liderança como dirigentes, diretores, gerentes e especialistas e são qualificados como Dirigentes. O segundo critério foi delimitado basicamente por o trabalhador possuir ou não o nível de ensino superior, qualifica-se aqui engenheiros, advogados, médicos, entre outros, nomeia-se esta parcela de trabalho não manual. Isto posto, podemos assimilar as duas primeiras delimitações como a antiga classe média de MILLS (1951).

A terceira delimitação classifica trabalhadores com cargo de supervisores ou que exerçam cargos de nível técnico foram classificados como Manual Qualificado. Agora, vendedores, trabalhadores de atendimento ao público, de serviços, e operários foram classificados como manual não qualificado. Para mais detalhes sobre a forma a qual foi realizada a construção deste esquema, consultar ANEXO A – Código SAS PNAD. A TABELA 6 é um quadro resumo destas delimitações de tipo de trabalho que expomos a pouco.

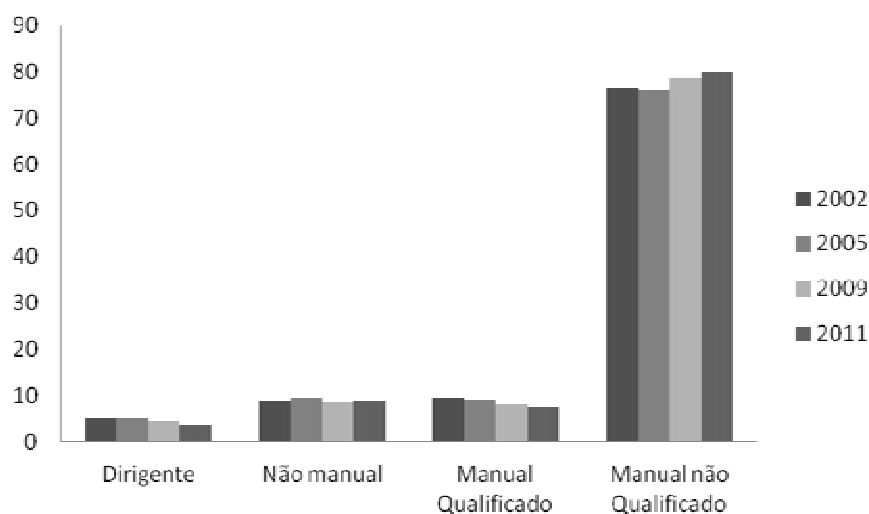
TABELA 6 – Quadro Resumo da delimitação própria de tipo de trabalho

Dirigentes	Dirigentes, diretores, gerentes, especialistas.
Não Manual	Engenheiros, advogados, médicos, profissionais com ensino superior.
Manual Qualificado	Supervisores e profissionais técnicos.
Manual Não Qualificado	Secretários, atendentes de telemarketing, operários, entre outros.

Fonte: Elaboração da autora.

Os pertencentes a tradicional classe média encontram-se majoritariamente entre os Dirigentes e os trabalhadores não manuais quanto à divisão sócio-ocupacional. O GRÁFICO 17 explicita que a Classe C não se aproxima da realidade da tradicional classe média quanto ao tipo de trabalho. Isto porque a Classe C concentra-se em trabalhadores manuais não qualificados. Não há perspectiva aparente para mudança deste cenário.

GRÁFICO 17 – Classe C x Tipo de Trabalho – Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011  
(em %)



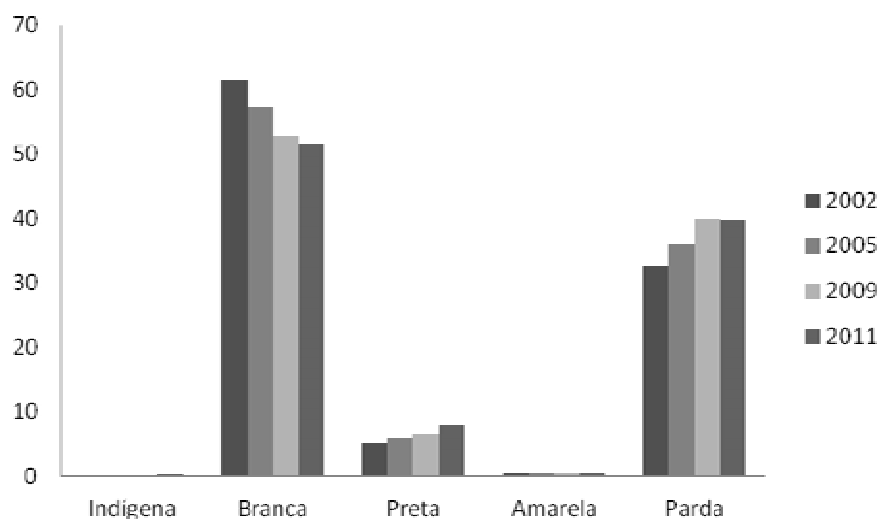
Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração da autora.

A participação dos trabalhadores manuais não qualificado aumenta no período analisado, passa de 76%, em 2002, para 80%, em 2011. Contudo, é importante salientar que essa categoria é bastante heterogênea e incorpora ocupações com baixo prestígio, autonomia no emprego, estabilidade e renda. Já os profissionais não manuais, manuais qualificados e dirigentes se mantiveram em baixo patamar.

Outra relação importante sobre a verificação de uma distribuição mais equitativa da renda é se esta beneficiou camadas da sociedade historicamente excluídas e marginalizadas, os pretos e pardos. Esta parcela da população se concentra especialmente nas Classes D e E, cabe aqui analisarmos a composição da Classe C e se estes foram incorporados na ascensão desta Classe. O GRÁFICO 18 aponta a distribuição percentual (%) das cores da Classe C para os anos de 2002, 2005, 2009 e 2011.

Notamos que houve uma queda contínua na participação de brancos na Classe C, enquanto os pretos e os pardos conquistaram mais espaço. É importante salientar que não há uma definição de cor padronizada, os indivíduos declaram de acordo com a cor que mais se identificam. Os brancos ainda são maioria da Classe C, representam 51%, enquanto os pretos 8% e os pardos 40%, em 2011. O crescimento da participação de negros e pardos entre 2002 e 2011 foram de 54% e 21% respectivamente. As desigualdades raciais persistem, contudo podemos observar uma evolução neste aspecto por meio das mudanças da composição da classe C.

GRÁFICO 18 – Classe C x Cor – Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011 (em %)

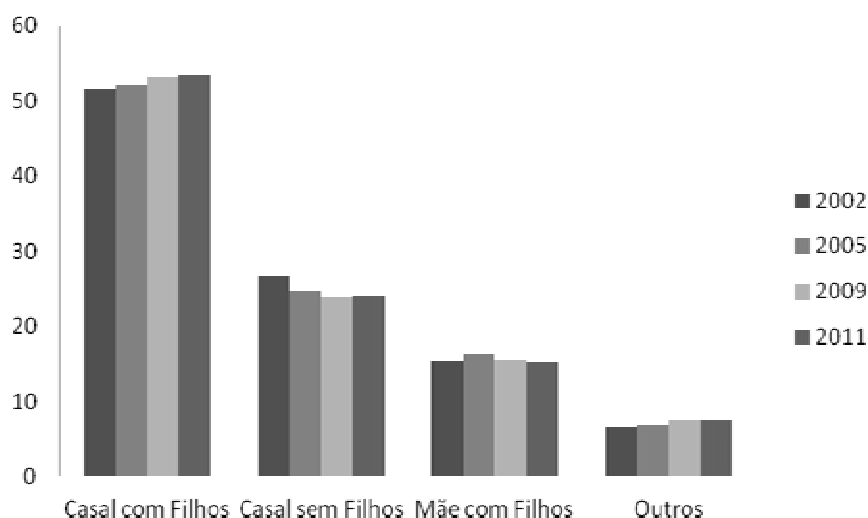


Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração da autora.

Uma tendência observada pelo Censo (IBGE) ano a ano é a redução do tamanho médio das famílias. A tradicional classe média é composta por famílias que possuem pouco menos que quatro indivíduos, a Classe C se aproxima desta realidade, em 2005 o tamanho médio das famílias era de 4,46, em 2009 4,19 e em 2011 4,08. Fica evidente a propensão de redução do tamanho da unidade familiar refletida também na Classe C. O tamanho médio da família foi definido pelo número de componentes do domicílio, exclusive as pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Ainda abordando a composição da típica família da Classe C, o GRÁFICO 19 nos traz o arranjo familiar predominante de casal com filhos. Esta realidade também se aproxima da tradicional classe média. O arranjo mãe com filhos é mais presente dentro das Classes D e E. Um ponto que não é percebido pelos números é o aumento da composição casal sem filhos, muito discutido como nova tendência, ao contrário, pelo gráfico notamos que na Classe C há um leve declínio deste arranjo.

GRÁFICO 19 – Classe C x Arranjo Familiar – Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011  
(em %)



Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração da autora.

De acordo com os dados da PNAD, ano a ano, essas famílias comprometem até 40% de sua renda em despesa de moradia, este percentual abrange 95% da Classe C e foi calculado pela razão do gasto com moradia, seja ele com o pagamento de prestação ou aluguel, dividido pela renda total. Tal percentual é um pouco elevado, dado que o máximo recomendado é de 30%.

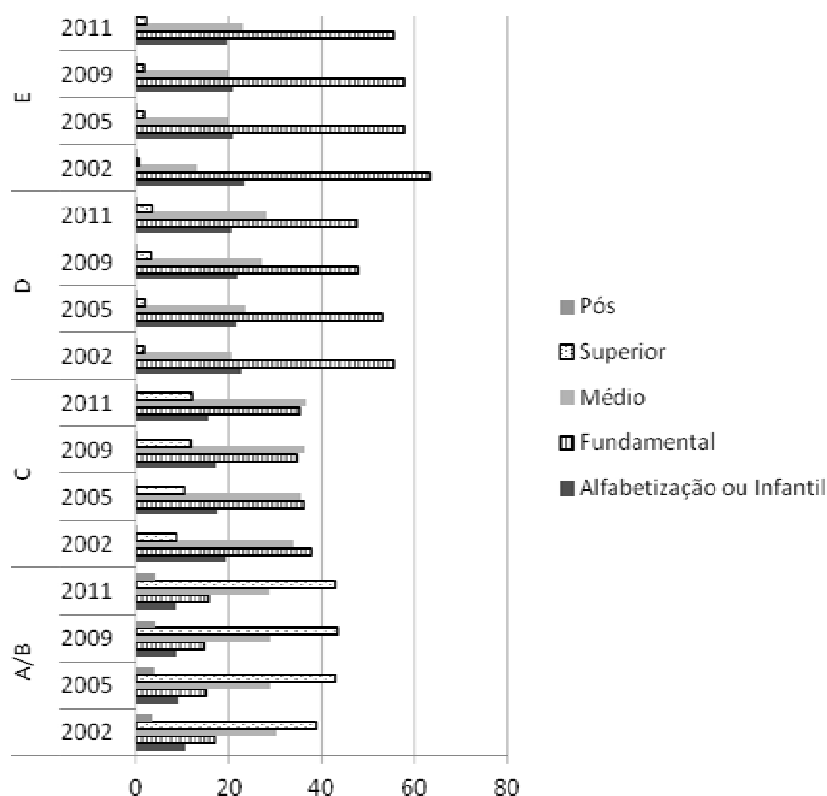
Uma análise adicional fundamental é quanto ao nível de educação da classe C e a evolução ao longo do tempo. O GRÁFICO 20 expõem o nível de educação para todos os estratos de renda, Classe A/B, C, D e E, para o período de 2002, 2005, 2009 e 2011. Os dados mostram que a Classe C está estudando mais, contudo ainda permanece muito distante da realidade da tradicional classe média.

A Classe C em 2002 possuía cerca de 20% de sua composição em nível de educação de Alfabetização ou infantil, 40% no nível fundamental, 30% no nível médio, 9% no nível superior e menos de 1% com pós-graduação. Em 2011, 15% em nível de educação de Alfabetização ou infantil, 35% no nível fundamental, 35% no nível médio, 10% no nível superior e menos de 1% com pós-graduação. Em termos de crescimento, a principal variação foi no ensino superior que cresceu 39%, enquanto o nível mais baixo de educação decresceu cerca de 20%.

Em todos os estratos de renda os níveis de educação alfabetização ou infantil e fundamental decresceram, ao mesmo tempo que nos menores estratos de renda Classe D e E aumentou a cada ano o nível de educação de ensino médio. A classe A/B, maior

estrato de renda, é composta majoritariamente pela população com nível superior, 40%, esta também concentra o maior percentual de pessoas com pós-graduação se comparado aos demais estratos de renda.

GRÁFICO 20 – Estratos de Renda x Nível de Educação – Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011 (%)



Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração da autora.

## 2.6 Considerações Finais

Por meio das informações aqui apresentadas notamos um avanço a despeito da distribuição de renda do país, embora ainda muito concentrador, observam-se dois principais movimentos: redução da classe E que representa as famílias em condições de miséria e a ascensão da classe C, a intitulada nova classe média. Ambos os movimentos podem ser compreendido por meio o aumento da oferta de emprego formal, da ampliação dos benefícios de programas sociais para pessoas com remuneração inferior a um salário mínimo, da política de valorização do salário mínimo, além da

universalização e vinculação do piso do benefício previdenciário ao valor do salário mínimo.

A razão entre a renda média dos 10% mais ricos sobre a renda média dos 10% mais pobres diminuiu substancialmente no período analisado. Desta forma, fica explícito que foram as camadas mais baixas que auferiram maiores rendimentos no período analisado. Houve uma redução substancial da classe E, esta representava cerca de um terço da população brasileira em 2002 e 20% em 2011.

Este movimento refletiu-se na distribuição regional de classes, a queda da participação da Classe E ocorreu em todas as regiões do país, ao mesmo tempo em que a participação da Classe C aumentou também em todas as regiões. A ascensão da classe C está diretamente ligada à política econômica voltada para o mercado interno, pois ela é a massa consumidora. Esta correspondia a cerca de 50% da população brasileira em 2011, entretanto, sua população concentra-se na faixa inferior com renda de até 3.000 reais. Isto ocorre por englobar um intervalo muito extenso de renda, há realidades muito mais próximas da classe D se comparado a outra ponta, classe A/B.

A Classe C se beneficiou deste momento favorável, a maioria dela encontra-se na faixa dos que trabalham de 40 á 44 horas semanais, ou seja, são trabalhadores assalariados formais. Entendemos desta forma que este segmento do sociedade foi duplamente beneficiado neste período, pois ao mesmo tempo que havia mais oferta de emprego formal havia uma política de valorização do salário.

A partir das informações deste capítulo possuímos a típica família da classe C, pois esta obedece às características predominantes aqui tratadas: trabalhadores com carteira assinada que possuem um trabalho manual não qualificado, já que estudaram apenas até o ensino fundamental ou médio, família composta por casal com filhos brancos e com tendência a reduzir seu número de componentes.

Embora ainda seja maioria na classe C, os brancos estão perdendo participação na composição total, enquanto os pretos e os pardos conquistaram mais espaço. As desigualdades raciais persistem, contudo podemos observar uma evolução neste aspecto por meio das mudanças da composição da classe C. Ainda tratando de quebras de paradigmas, os dados mostram que a Classe C está estudando mais, contudo ainda permanece muito distante da realidade da tradicional classe média.



## **CAPÍTULO 3 – ESTIMAÇÃO DA PROBABILIDADE DA CLASSE C VOLTAR A CONDIÇÃO DE POBREZA**

### **3.1 Introdução**

O objetivo deste capítulo é desenvolver um modelo que permita analisar a probabilidade da ascendente Classe C voltar à condição de pobreza, para tal utilizaremos dados do período de 2002, 2005, 2009 e 2011. Serão considerados os principais aspectos sugeridos pela teoria, presentes nos trabalhos relacionados ao tema e cujas abordagens foram sintetizadas no capítulo inicial desta dissertação. O modelo a ser elaborado procurará adaptar os elementos presentes nos referidos trabalhos à realidade brasileira, fundamentalmente a partir das evidências e hipóteses levantadas ao longo dos capítulos precedentes.

Este capítulo está estruturado em três seções, além desta breve introdução. Primeiramente será definido o modelo a ser estimado com a descrição das variáveis que o compõem. A seguir, é feita a análise dos resultados obtidos. Por fim, o último item deste capítulo apresenta considerações sobre as implicações dos resultados encontrados a fim de enriquecer o debate recente sobre o tema.

### **3.2 Construção do Modelo**

A fim de verificar e simular o efeito das recentes mudanças de renda, nível de ensino, ocupação, dentre outros fatores, sobre a condição de volta à pobreza (ou não) por parte das famílias brasileiras pertencentes à Classe C, este capítulo trará uma tentativa de estimar esta probabilidade. Para tanto, será utilizado um modelo logístico para analisar a relação entre a probabilidade de um domicílio da chamada Classe C voltar a situar-se na condição de pobreza - e diversas características do domicílio e seus membros. O modelo logístico baseia-se na função de probabilidade logística acumulada e é especificado por:

$$P_i = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0 + \beta_1 X_{1i} + \dots + \beta_k X_{ki} + u_i)}} \quad (1)$$

O modelo (1) explicita que  $P_i$  é a probabilidade do  $i$ -ésimo domicílio situar-se na condição de pobreza e  $x_{hi}$ , com  $h = 1, \dots, k$ , são as  $k$  variáveis observáveis

consideradas. O termo  $u_i$  representa o erro aleatório com as propriedades estatísticas usuais. Se aplicarmos logaritmo natural ao modelo (1), fazendo as devidas transformações, teremos a seguinte relação log-linear:

$$\ln\left(\frac{P_i}{1-P_i}\right) = \beta_0 + \beta_1 X_{1i} + \dots + \beta_k X_{ki} + u_i \quad (2)$$

A variável dependente do modelo (2) é o logaritmo natural da chance de pertencer à condição de pobreza, ou simplesmente propensão à pobreza, e representa a razão entre a probabilidade da família ser pobre em relação à de não ser pobre<sup>4</sup>.

O objetivo deste capítulo é avaliar a sustentabilidade da ascensão da Classe C, analisando a probabilidade de esta parcela da sociedade se manter na melhor condição proporcionada pelos fatores já discutidos, auferida na última década. O modelo aqui proposto foi inspirado no trabalho de LEONE, MAIA e BALTAR (2006), em que estimou-se um modelo logíte a fim de verificar o efeito das mudanças na estrutura das famílias brasileiras sobre a condição de pobreza.

Da mesma forma que o capítulo anterior, os dados utilizados são provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 2002, 2005, 2009 e 2011 e foram manipulados por meio do programa SAS. Para o modelo proposto, deflacionamos os preços para 2011 utilizando o mesmo método exposto no capítulo anterior e excluímos da amostra aqueles domicílios que possuíam renda superior ao teto da Faixa de Renda C, ou seja, maior que 5.174 reais (a preços de 2011). Assumimos como pobres as famílias dos domicílios cuja renda é inferior a 1200 reais (Faixa D e E), e como sendo não pobres os domicílios com renda entre 1.200 e 5.174 reais.

Ao total, consideraram-se 33 variáveis explanatórias para o modelo logíte, a metodologia de construção de cada uma foi discutida no capítulo anterior. Segue logo abaixo a descrição de cada uma delas:

a) cinco variáveis binárias para distinguir seis regiões geográficas: Nordeste (tomada como base), Norte sem o Estado de Tocantins (*NO*), Sudeste (*SE*), DF (*DF*), Sul (*SU*) e Centro-Oeste (*CO*);

---

<sup>4</sup> Para maiores detalhes ver Wooldridge (2002).

b) cinco variáveis binárias para distinguir quatro tipos de condição de ocupação da pessoa de referência: Sem carteira assinada (tomada como base), Com Carteira Assinada, Funcionários Públicos, Conta Própria, Empregador e Outros;

c) quatro variáveis binárias para distinguir cinco tipos de trabalho da pessoa de referência a partir de uma formulação própria: Manual não Qualificado (tomada como base), Não Manual, Manual Qualificado, Dirigente e Outros;

d) três variáveis binárias para distinguir quatro arranjos familiares: Mãe com Filhos (tomada como base), Casal com Filhos, Casal sem Filhos, Outros;

e) quatro variáveis binárias para distinguir cinco tipos de cor: Preto (tomada como base), Branco, Pardo, Amarelo, Indígena;

e) cinco variáveis binárias para distinguir seis níveis de educação da pessoa de referência: Alfabetizado/infantil (tomada como base), Fundamental, Médio, Superior, Pós-Graduação e Outros;

f) número de horas trabalhadas da pessoa de referência;

Ao que se refere à região, a Nordeste foi utilizada como base de referência, ou seja, os coeficientes associados às categorias regionais irão expressar uma menor ou maior variação no logaritmo da chance de a família pertencer à condição de pobreza em relação àquelas famílias da Região Nordeste. Para o arranjo familiar, adotou-se como base a categoria Mãe com Filho, para a condição de ocupação da pessoa de referência, a categoria Sem Carteira Assinada, para cor, a categoria Preta, para Nível de Educação a categoria Alfabetizado/infantil, e, finalmente, para tipo de trabalho Manual não Qualificado.

Para a construção do modelo, consideramos somente informações provenientes da pessoa de referência. A utilização deste conceito, permite a compreensão não apenas a posição social dos indivíduos, mas de suas famílias que se apoiam na pessoa referência.

Espera-se que o modelo expresse algumas conclusões tratada anteriormente nos capítulos anteriores. Sendo assim, famílias que possuem características mais próximas as das classes D e E possuem uma probabilidade maior de voltar a pobreza e famílias que se assemelham com a típica composição da Classe C ou ainda, com a classe A/B obtenham uma probabilidade menor.

### 3.3 Apresentação dos Resultados

O modelo foi estimado para o resultado de quanto  $Y = 1$  (corresponda a pobre), ou seja, a probabilidade de pertencer à condição de pobreza de acordo com as variáveis explanatórias. A estimativa dos coeficientes do modelo logístico são apresentados na TABELA 7.

A razão entre a probabilidade de a família ser pobre em relação à de não ser pobre também é chamada de *odds ratio*. Portanto, esta medida expressa quantas vezes a chance de a família ser pobre é maior que a chance de ela não ser pobre. O coeficiente  $\beta_h$  representa, dessa forma, a variação no logaritmo da razão de chances em virtude de uma variação unitária de  $X_h$ . Para obter a relação direta entre a variação unitária de  $X_h$  e a variação no *odds ratio* deve-se calcular o antilogaritmo de  $\beta_h$ , ou seja, calcular  $e^{\beta_h}$  (PINDYCK; RUBINFELD, 2004).

Obtivemos um resultado exitoso para o modelo, pois as 33 variáveis explanatórias foram significantes em todo o período analisado como traz a TABELA 7. Além disso, a medida de *odds ratio*, exposta na TABELA 8, obteve resultados coerentes com o período recente e com a perspectiva histórica. A análise do modelo é realizada por meio, principalmente, do *odds ratio* e de forma secundária pelos dos  $\beta_h$  para o cálculo da probabilidade de uma situação específica.

TABELA 7 – Modelo Lógite: Determinação da condição de pobreza, dada pela Renda Domiciliar em função da Região, Ocupação, Tipo de Trabalho, Arranjo Familiar, Cor, Nível de Educação e Horas de Trabalho - Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011

		2002		2005		2009		2011	
Variáveis		$\beta$	Erro Padrão	$\beta$	Erro Padrão	$\beta$	Erro Padrão	$\beta$	Erro Padrão
<b>Intercepto</b>		3.841*	0.003	3.016*	0.003	1.999*	0.002	1.493*	0.002
<b>Região</b>	<b>DF</b>	-1.478*	0.004	-1.287*	0.003	-1.022*	0.003	-1.109*	0.003
	<b>Norte</b>	-0.548*	0.002	-0.470*	0.002	-0.416*	0.001	-0.369*	0.001
	<b>Sudeste</b>	-1.002*	0.001	-1.044*	0.001	-1.064*	0.001	-1.063*	0.001
	<b>Sul</b>	-0.756*	0.002	-0.982*	0.001	-1.063*	0.001	-1.122*	0.001
	<b>Centro-Oeste</b>	-0.586*	0.002	-0.668*	0.002	-0.786*	0.001	-0.861*	0.001
<b>Ocupação</b>	<b>Carteira Ass.</b>	-0.351*	0.002	-0.512*	0.001	-0.671*	0.001	-0.659*	0.001
	<b>Func. Públ.</b>	-0.882*	0.002	-1.122*	0.002	-1.061*	0.002	-0.892*	0.002
	<b>Conta Própria</b>	-0.609*	0.002	-0.563*	0.001	-0.583*	0.001	-0.478*	0.001
	<b>Empregador</b>	-1.564*	0.002	-1.540*	0.002	-1.719*	0.003	-1.467*	0.003
	<b>Outros</b>	-0.337*	0.004	-0.248*	0.003	0.012*	0.002	0.437*	0.002
<b>Tipo Trabalho</b>	<b>Dirigente</b>	-1.155*	0.002	-1.151*	0.002	-1.194*	0.003	-1.123*	0.003
	<b>Manual Quali.</b>	-0.837*	0.002	-0.723*	0.002	-0.681*	0.002	-0.634*	0.002
	<b>Não Manual</b>	-0.799*	0.002	-0.591*	0.002	-1.013*	0.002	-0.866*	0.002
	<b>Outros</b>	-0.712*	0.003	-0.687*	0.003	-0.658*	0.002	-0.809*	0.002
<b>Arranjo Familiar</b>	<b>Casal s/ Filhos</b>	0.239*	0.002	0.324*	0.001	0.253*	0.001	0.161*	0.001
	<b>Casal c/ Filhos</b>	-0.571*	0.001	-0.554*	0.001	-0.569*	0.001	-0.600*	0.001
	<b>Outros</b>	0.624*	0.002	0.712*	0.001	0.844*	0.001	0.920*	0.001
<b>Cor</b>	<b>Branca</b>	-0.465*	0.002	-0.330*	0.001	-0.278*	0.001	-0.225*	0.001
	<b>Amarela</b>	-0.662*	0.006	-0.449*	0.005	-0.368*	0.005	-0.225*	0.005
	<b>Parda</b>	-0.025*	0.002	0.073*	0.001	0.025*	0.001	0.027*	0.001
	<b>Indígena</b>	-0.200*	0.009	-0.054*	0.008	-0.141*	0.006	0.056*	0.005
<b>Nível Educação</b>	<b>Superior</b>	-2.314*	0.002	-2.030*	0.002	-1.301*	0.002	-1.232*	0.002
	<b>Fundamental</b>	0.479*	0.001	0.403*	0.001	0.436*	0.001	0.361*	0.001
	<b>Médio</b>	-0.951*	0.001	-0.747*	0.001	-0.398*	0.001	-0.338*	0.001
	<b>Pós-Graduação</b>	-3.236*	0.007	-3.125*	0.008	-2.136*	0.009	-1.767*	0.008
	<b>Outros</b>	1.061*	0.002	0.777*	0.002	0.453*	0.001	0.390*	0.001
<b>Horas de Trabalho</b>		-0.010*	0.000	-0.009*	0.000	-0.008*	0.000	-0.009*	0.000

\*grau de significância de <0001.

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração da autora.

TABELA 8 – Odds Ratio: Determinação da condição de pobreza, dada pela Renda Domiciliar em função da Região, Ocupação, Tipo de Trabalho, Arranjo Familiar, Cor, Nível de Educação e Horas de Trabalho - Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011

Variáveis		2002	2005	2009	2011
Região	DF	0.228	0.276	0.36	0.33
	Norte	0.578	0.625	0.66	0.691
	Sudeste	0.367	0.352	0.345	0.345
	Sul	0.469	0.375	0.345	0.326
	Centro	0.557	0.513	0.456	0.423
Ocupação	Carteira Ass.	0.704	0.599	0.511	0.517
	Func. Públ.	0.414	0.326	0.346	0.41
	Conta Própria	0.544	0.569	0.558	0.62
	Empregador	0.209	0.214	0.179	0.231
	Outros	0.714	0.781	1.012	1.547
Tipo Trabalho	Dirigente	0.315	0.316	0.303	0.325
	Manual Quali.	0.433	0.485	0.506	0.531
	Não Manual	0.45	0.554	0.363	0.421
	Outros	0.491	0.503	0.518	0.445
Arranjo Familiar	Casal s/ Filhos	1.269	1.383	1.288	1.175
	Casal c/ Filhos	0.565	0.575	0.566	0.549
	Outros	1.866	2.037	2.325	2.51
Cor	Branca	0.628	0.719	0.758	0.799
	Amarela	0.516	0.638	0.692	0.798
	Parda	0.976	1.076	1.025	1.027
	Indígena	0.819	0.947	0.868	1.058
Nível Educação	Superior	0.099	0.131	0.272	0.292
	Fundamental	1.615	1.497	1.547	1.434
	Médio	0.386	0.474	0.672	0.713
	Pós-Graduação	0.039	0.044	0.118	0.171
	Outros	2.888	2.175	1.573	1.477
Horas de Trabalho		0.99	0.991	0.992	0.991

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração da autora.

Fica evidente, a partir da TABELA 8, a reprodução das desigualdades territoriais brasileiras que os coeficientes regionais reproduzem, já que, todas as regiões possuem uma propensão à pobreza inferior a da região Nordeste. As regiões que mais se destacam neste aspecto são a Região Sudeste e a Região Sul (menos vulneráveis), pois

ano a ano foi reduzida a propensão à pobreza em relação ao Nordeste. Em 2002, a propensão à pobreza da Região Sudeste era 63% inferior à observada na Região Nordeste (a mais vulnerável), independente das características familiares, já em 2011 era 66% inferior e a da Região Sul era 55% e 67%, respectivamente.

Observando a Região Norte, também historicamente vulnerável, assim como a região Nordeste, notamos um fluxo inverso. A propensão à pobreza da Região Norte encontra-se em um crescimento ascendente, contudo ainda inferior em relação à Região Nordeste. Em 2002 a propensão à pobreza era 42% inferior à observada na Região Nordeste (a mais vulnerável), independente das características familiares, já em 2011 era 30% inferior. Um fator que pode ter contribuído para este movimento é a redução da proporção de pobres na Região Nordeste, como vimos por meio do GRÁFICO 18 do capítulo anterior.

No que se refere aos coeficientes relativos à Ocupação, também se lograram resultados coerentes. A ocupação de Empregador é a que possui menos risco de pertencer à pobreza em relação à ocupação Sem Carteira Assinada, tomada por base. Qualquer ocupação dentre as que se encontram nas variáveis em análise possui uma propensão à pobreza inferior à variável tomada por base. O funcionalismo público garante a mesma estabilidade ao longo do tempo, tendo uma propensão à pobreza cerca de 60% inferior ao Sem Carteira Assinada.

Destaca-se, contudo, a situação da ocupação Carteira assinada que vem declinando em proporções menores a cada ano de propensão à pobreza comparada à ocupação Sem Carteira Assinada. Uma família que cuja pessoa de referência possuía Carteira Assinada em 2002 tinha 70% de chances de pertencer à condição de pobreza em comparação à uma família liderada por uma pessoa que não possuía carteira assinada. Entretanto, em 2011 esta relação é significativamente menor, em 51%.

As variáveis explanatórias relacionadas ao tipo de trabalho (tipologia própria tratada no Capítulo 2) expressam um resultado também dentro do esperado. Sendo assim, a propensão à pobreza pela qual a pessoa de referência possui um trabalho Manual não Qualificado, variável tomada por base, possui a maior probabilidade de pertencer à pobreza. Enquanto isso, trabalhos de Dirigente e Não Manual possuem as menores propensões à pobreza, de 32% e 42%, respectivamente, tomando por referência 2011.

Os coeficientes relativos ao Arranjo Familiar reafirmam que a propensão à pobreza de uma família liderada por uma mulher com filhos é maior em relação àquelas

lideradas por casal com filhos. A probabilidade de pertencer à pobreza de arranjo familiar de Casal com Filhos é 45% menor à de Mãe com Filhos, em 2011. Já o arranjo Casal sem filhos possui uma proporção à pobreza 1,2 vezes maiores em relação à Mãe com Filhos, em 2011.

A propensão à pobreza do coeficiente que indica a cor da pessoa de referência como Preta é maior do que todas as outras variáveis, em 2002. Todavia, a partir de 2005 até o ano de 2011, a probabilidade de pertencer à pobreza entre as cores Preta, Parda e Indígena é praticamente igual. Enquanto isso, as cores Branca e Amarela continuam com uma propensão à pobreza menor que a Preta, contudo esta diferença foi se reduzindo a cada ano. As probabilidades foram de 63%, 72%, 76% e 80% para Branca e de 52%, 64%, 69% e 80% em 2002, 2005, 2009 e 2011, respectivamente, em relação à cor Preta. Estes números indicam uma distribuição de renda de forma mais justa em relação a parcelas da sociedade historicamente marginalizadas.

No que se refere a Nível Educação, os números expressam uma popularização do Ensino Superior, pois a probabilidade de pertencer à pobreza em relação à pessoa de referência que possui apenas Alfabetizado/infantil vêm ascendendo. Entretanto, a propensão à pobreza da família que a pessoa de referência possui Ensino Superior ainda é muito inferior: 1% em 2002 e 30% em 2011 em relação à família em que a pessoa de referência possui Alfabetizado/infantil.

Podemos, por meio da regressão logística, estimar a probabilidade de uma família pertencer à condição de pobreza, de acordo com as características encontradas no modelo. Considerando como referência, por exemplo, um casal com filhos, residente no estado de São Paulo, estando a pessoa de referência ocupada com carteira assinada em regime de 40 horas semanais, com ensino médio completo, de cor parda e com um tipo de trabalho manual não qualificado, a probabilidade de essa família pertencer à condição de pobreza seria de 63%, 47%, 27% e 18% em 2002, 2005, 2009 e 2011, respectivamente. Uma família com as mesmas características, entretanto residente na Região Nordeste possuiria uma probabilidade muito maior de pertencer à condição de pobreza, de 82%, 72%, 52% e 39% em 2002, 2005, 2009 e 2011, respectivamente.

As características escolhidas são de uma família típica da classe C, de acordo com os dados do capítulo anterior. Notamos que nas duas situações, família que reside em São Paulo e no Nordeste, as probabilidades de pertencer à condição de pobreza são decrescentes. Desta forma, conclui-se que independente da região, apesar dos números expressarem a reprodução das desigualdades regionais, a situação da classe C melhorou.



Ainda que a pessoa de referência possua nível de educação baixo, ensino médio, tipo de trabalho precarizado, Manual não Qualificado e de cor Parda a probabilidade em questão decresce ano a ano.

Entretanto se mudarmos cenário das famílias, supondo que a pessoa de referência tenha entrado para o mercado informal, não possui carteira assinada obtemos um resultado distinto. Realizando o mesmo comparativo entre as regiões observamos probabilidades de pertencer a pobreza da família da região Sudeste 71%, 60%, 42%, 30% enquanto a família da região Nordeste 87%, 81%, 68%, 56% em 2002, 2005, 2009 e 2011, respectivamente. As probabilidades são muito maiores comparadas a situação anterior, todavia são da mesma forma decrescentes dentro do período analisado.

### **3.4 Considerações finais**

O modelo logístico ajustado para a relação entre a probabilidade de um domicílio da classe C situar-se na situação de pobreza e as características de sua família e da pessoa referência apresentou um resultado exitoso, pois todas as variáveis explanatórias se mostraram significantes e com impacto de acordo com o esperado. Os domicílios os quais possuem as características predominantes da classe C possuem probabilidades decrescentes de voltar a condição de pobreza.

Entretanto, quando as características dos domicílios se aproximam das classes D e E a probabilidade é consideravelmente maior. Ainda podemos afirmar que as desigualdades regionais brasileiras são muito fortes, contudo também há uma queda na relação de probabilidade de pertencer a pobreza nas regiões historicamente mais vulneráveis.

A condição de ocupação predominante da classe C é possuir carteira assinada, este preceito é fundamental para garanti-la em tal posição. Observamos quão significativa é esta condição no comparativo entre famílias em que a pessoa de referência possuía ou não carteira assinada. Tal fator também fica evidente quando considerado o declínio em proporções menores a cada ano da propensão à pobreza da pessoa referência com ocupação com carteira em relação a sem carteira assinada.

Apesar do tipo trabalho prevalente da classe C seja o Manual não Qualificado, esta é variável que possui a maior probabilidade de pertencer à pobreza em relação as demais (Manual Qualificado, Dirigente e Não Manual). Desta forma, uma família que

consegue se qualificar melhor e obter um trabalho ao menos manual qualificado, nível técnico por exemplo, auferir chances menores de regressar a pobreza.

Quanto ao arranjo familiar a classe C está em sua maioria na melhor situação quanto a esta variável, pois concentram-se em famílias de casal com filhos que possui a menor probabilidade de pertencer a pobreza no que se refere a esta variável. Entretanto, os parâmetros reafirmam que a propensão à pobreza de uma família liderada por uma mulher com filhos é maior em relação àquelas lideradas por casal com filhos.

Os números indicam uma distribuição de renda de forma mais justa em relação a outras parcelas da sociedade historicamente marginalizadas, as de cor pretas e pardas. Todavia, esta informação trata-se de uma declaração, não há uma definição específica de cor, ou seja, é uma variável subjetiva. No que se refere a Nível Educação, ainda que os números expressem uma popularização do Ensino Superior, a maior parte da classe C possui apenas ensino médio ou fundamental. A probabilidade de pertencer à pobreza da pessoa de referência que possui o ensino médio em relação à que possui apenas Alfabetizado/infantil vêm ascendendo. Portanto, se faz necessário que a classe C estude mais para se consolidar nesta posição.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de 2005, a economia do país entrou em uma nova fase, caracterizada por um ambiente macroeconômico favorável, expresso pelo crescimento da riqueza nacional, do equilíbrio das contas externas e do controle da inflação. Além disso, a frente neodesenvolvimentista do governo adotou diversas políticas voltadas para a distribuição de renda, como a política de valorização do salário mínimo, a redução da taxa de juros e o aumento significativo do investimento em políticas sociais.

O crescimento econômico, aliado à uma política voltada para distribuição de renda, trouxe um ciclo virtuoso que combinou um crescimento acelerado da ocupação, provocando a queda nas taxas de desemprego. A aceleração do crescimento econômico foi estimulada em grande medida pela diminuição da inflação e dos juros somado ao ambiente favorável do setor externo com a alta dos preços de commodities e forte demanda chinesa. A distribuição de renda sensibilizou a razão entre a renda média dos 10% mais ricos sobre a renda média dos 10% mais pobres como visto neste trabalho.

A política de valorização do salário mínimo, de cunho distributivo, contribuiu decididamente para proteger e elevar o poder de compra das remunerações dos trabalhadores que se encontram nos postos de trabalho em profusão nos setores mais dinâmicos da economia nacional. Com isso, uma parcela considerável da força de trabalho conseguiu superar a condição de pobreza, transitando para o nível inferior da estrutura ocupacional de baixa remuneração, porém, não mais pobre, tampouco de classe média.

Uma medida econômica adotada como estratégia de crescimento foi a expansão do crédito, que incentivou o consumo de massa. Dispondo de maiores rendimentos, os trabalhadores passaram a ter ampliado seu acesso aos bens de consumo. Com a estabilização da moeda e a redução da taxa de juros, as famílias, favorecidas pelo aumento da oferta de emprego e do salário mínimo real, puderam, pela primeira vez em décadas, se endividar.

No contexto nacional, havia uma forte demanda reprimida por duas décadas de inflação elevada; nos anos 2000 esta demanda foi suprida, haja vista que nesse período os prazos foram esticados, os juros diminuídos e a renda aumentada. Os consumidores foram impulsionados pela confiança na expectativa de estabilização dos preços e ampliaram a demanda por bens duráveis mediante o aumento real do poder de compra dos salários.

Avaliados em conjunto o aumento do emprego formal, a valorização salário mínimo, a expansão do crédito, a queda na taxa de juros e a estabilização econômica (controle inflação), constata-se que tais fatores foram fundamentais para elevação da renda de determinado estrato da população. É possível identificar uma estratégia política adotada pelo governo, principalmente a partir de 2005, com a finalidade de estimular o mercado interno e o consumo de massa.

Após o longo período de estagnação econômica das décadas de 1980 e 1990, nas quais se mantiveram elevados os níveis de miséria e pobreza e, concomitantemente, a decadência das classes médias, no decorrer dos anos 2000 o Brasil passou por uma mudança em sua estrutura social. O crescimento econômico alargado pela ampliação das políticas sociais, estabilização da economia, reativação do mercado de trabalho formal, dentre outros fatores, possibilitaram que parte significativa da população brasileira auferisse uma renda mais elevada.

Observamos no período recente a ascensão da Classe C, este trabalho entende que esta parcela da sociedade é composta por trabalhadores brasileiros que adentraram o mercado de consumo. Todavia, estas pessoas não ascenderam de classe social, mas somente passaram a auferir uma maior renda, que possibilitou seu acesso a um mercado de consumo ampliado. É notória a enorme disparidade entre o piso e o teto do intervalo de renda da Classe C, esta possui uma linha de corte para o ingresso bastante baixa, o que gera uma estrutura social com uma classe média superdimensionada. concentra-se na faixa inferior com renda de até 3.000 reais

Dar o atributo de classe social a uma determinada faixa renda nubla o significado de classe social e o entendimento das questões relativas a desigualdades. Esta perspectiva expressa a sociedade como um ajuntamento de indivíduos sem conexão, ou seja, sem história, sem passado (SOUZA, 2010), acinzentando assim a consciência de classe trabalhadora e a identidade com as lutas operárias, já que a Classe C é caracterizada sumariamente por trabalhadores majoritariamente do setor de serviços que em sua maioria possuem precárias condições de trabalho.

Segundo Souza e Lamounier (2010), o que diferenciaria a Nova Classe Média da classe média tradicional é o fato da última já estar estabilizada; ela se encontra enraizada em uma posição social. Por outro lado, a Classe C é um grupo ainda emergente e extremamente vulnerável. Desta forma, este estrato está passível a choques abruptos que poderiam mudar sua situação econômica em um curto espaço de tempo.

Esta vulnerabilidade está relacionada ao seu frágil capital social, às condições de incerteza do mercado de trabalho, dentre outros fatores.

Trata-se da nova classe trabalhadora do capitalismo flexível, composta por auxiliares de escritório, atendentes, vendedores, garçons, professores primários, policiais, auxiliares de enfermagem, atendentes de telemarketing, entre outros. Esta classe trabalhadora, por auferir baixa renda, possui insuficiências e carências de todo tipo, atenção dispensada à saúde, à precariedade do transporte nas grandes cidades, às condições de moradia, aos problemas de segurança pública, às incertezas projetadas para a velhice (QUADROS, ANTUNES E GIMENEZ, 2013).

O fato de a massa dos trabalhadores ter entrado no mercado por meio do consumo não significa que esta classe pobre se beneficie do mercado da mesma forma que aqueles que participam do consumo regularmente, como a classe média tradicional e a classe alta. Os pobres entram nas estatísticas de consumo de forma preponderante, mas possuem um baixo capital cultural para o jogo competitivo do mercado de trabalho.

A tese da Nova Classe Média pretende demonstrar que o país está fundamentado social e economicamente na classe média, e não na imensa massa de trabalhadores manuais, trabalhadores do setor de serviços, nos pobres e excluídos que ainda representam uma parcela bastante significativa da população. Desta forma, a ascensão da Classe C transformou-se em símbolo da política econômica de viés liberal pelo qual o país vem passando desde a década de 2000 e dos projetos sociais do governo.

A partir dos dados trabalhados nesta dissertação podemos caracterizar a formação típica família da classe C, pois esta obedece às características predominantes aqui tratadas: trabalhadores com carteira assinada que possuem um trabalho manual não qualificado, já que estudaram apenas até o ensino fundamental ou médio, família composta por casal com filhos brancos e com tendência a reduzir seu número de componentes.

Embora ainda seja maioria na classe C, os brancos estão perdendo participação na composição total, enquanto os pretos e os pardos conquistaram mais espaço. As desigualdades raciais persistem, contudo podemos observar uma evolução neste aspecto por meio das mudanças da composição da classe C. Ainda tratando de quebras de paradigmas, os dados mostram que a Classe C está estudando mais, contudo ainda permanece muito distante da realidade da tradicional classe média.

A estimação feita a partir do modelo logístico ajustado para a relação entre a probabilidade de um domicílio da classe C situar-se na situação de pobreza e as características de sua família e da pessoa referência obteve sucesso. Todas as variáveis explanatórias se mostraram significantes e com impacto de acordo com o esperado. Os domicílios os quais possuem as características predominantes da classe C possuem probabilidades decrescente de voltar a condição de pobreza no período analisado.

Entretanto, quando as características dos domicílios se aproximam das classes D e E a probabilidade é consideravelmente maior. Ainda podemos afirmar que as desigualdades regionais brasileiras são muito fortes, contudo também há uma queda na relação de probabilidade de pertencer a pobreza nas regiões historicamente mais vulneráveis.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, P. R. Z. MISOCZKY, M. C. A. **A Nova Classe Média e a Dialética do Consumo**. XXXVI Encontro ANPAD, Setembro de 2012, Rio de Janeiro.

BACEN. **Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. 2012. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/aviso.asp>>. Vários acessos.

BIELSCHOWSKY, R. e SOUZA, J. A. P. Evolução macroeconômica e estratégia de desenvolvimento, in: **Projeto Brasil 2003-2010: Trajetórias e desafios**. - Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

BOITO Jr., A. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Fórum Econômico da FGV. São Paulo, 2012.

BOMENI, H. **Do frango ao avião ou o que é possível dizer sobre a nova classe média brasileira? Notas exploratórias**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2011.

BRASIL: **Uma estratégia inovadora de crescimento com equidade**/Escritório da Organização Internacional do Trabalho, Instituto Internacional de Estudos do Trabalho. – Genebra: OIT, 2011.

CORSEUIL, C.H.; FOGUEL, M. N. **Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

DIEESE. **Cesta Básica Nacional Metodologia, 1993**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf>>. Acesso em: 20.04.2013.

\_\_\_\_\_. **Política de Valorização do Salário Mínimo: Salário mínimo de 2013 será de R\$ 678,00**. Nota Técnica nº 118 – dezembro 2012. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2012/notaTec118salarioMinimo2013.pdf>>. Vários acessos.

FRANÇA, B. H. **Classe Média ou Novo Proletariado**. São Paulo em Perspectiva, 8(1): 42-51, janeiro/março 1994. SEADE.

GOLDTHORPE, J. H. et al. **The Affluent Worker in the Class Structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

GUERRA, Alexandre et al. (Orgs.). **Atlas da nova estratificação social no Brasil – classe média: desenvolvimento e crise**. São Paulo: Cortez, 2006. v. 1.

GUJARATI, D. N. **Econometria Básica**, Makron Books, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Tabelas de resultados - Indicadores de 2004 a 2011**. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/2011/tabelas\\_pdf/sintese\\_ind\\_7\\_1\\_1.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2011/tabelas_pdf/sintese_ind_7_1_1.pdf)>. Acesso em: 13/07/2013.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: microdados e dicionários**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 20/01/2014.

\_\_\_\_\_. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15/05/2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA, **Natureza e dinâmica das mudanças recentes na renda e na estrutura ocupacional brasileiras**. Comunicados nº104 do Ipea, 2011.

KAGEYEMA, A. HOFFMANN, R. **Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional**. Economia e Sociedade, Campinas, v.15, n. 1 (26), 2006.

LEONE, E. T. MAIA A. G. BALTAR P. E. **Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil**. Economia e Sociedade, Campinas v.19, n. 1 (38), 2006.

LUCE, M. S. **Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?** Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 169-190, jan./abr. 2013.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Tradução de Marcelo Dias Carcanholo. In: STÉDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (Orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MATTEI, L. & MAGALHÃES, L. F. Política Econômica Durante o Governo Lula (2003-2010): cenários, resultados e perspectivas. In: **Nunca antes na história desse país...? um balanço das políticas do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Fundação Henrich Böll, 2011.

MILLS, C. W. **White Collar**. New York: Oxford University Press, 1951.

NERI, M. C. **A Nova Classe Média. O Lado Brilhante da Base da Pirâmide**. Ed. Saraiva, 2011.

\_\_\_\_\_. (Coord.). **A Nova Classe Média. O Lado Brilhante dos Pobres**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

\_\_\_\_\_. (Coord.). **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

OLIVEIRA, F. L. “Movilidad Social y Económica en Brasil: una nueva clase media?” In: FRANCO, R. HOPENHAYN, M. LEÓN, A. (orgs.) **Las Clases Medias en América Latina: retrospectiva y nuevas tendencias**. Siglo xxi editores, CEPAL, 2010.

\_\_\_\_\_. **A nova classe média brasileira**. Pensamiento Iberoamericano nº 10, 2ª época, 2012.

OSORIO, Jaime. **Dependência e superexploração**. In: MARTINS, Carlos Eduardo; SOTELO VALENCIA, Adrián (Orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

PINDYCK, R. S. RUBINFELD, D. L. **Econometria: modelos & previsões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br> />. Acesso em: 20/11/13.

POCHMANN, M. AMORIM, R. SILVA, R. GUERRA, A. **Classe Média: desenvolvimento e crise**. São Paulo/SP. Cortez Editora, 2006.

PORCHMANN, M. **Nova Classe Média? O Trabalho na Base da Pirâmide Social Brasileira**. Ed. Boitempo, São Paulo, 2012.

PRIEB, S. A. M. A classe média diante da crise: um estudo comparado entre Brasil e Portugal. VII Colóquio Internacional Marx Engels. Campinas, 2012.

QUADROS, W. J. GIMENEZ, D. M. e ANTUNES, D. J. N. **O Brasil e a nova classe média dos anos 2000**. Carta Social e do trabalho, UNICAMP, Campinas, n. 20 – Outubro a Dezembro de 2012.

QUADROS, W. Brasil: um país de classe média? **Le Monde Diplomatique Brasil**, ano 4, n.40, dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Estratificação social no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2008a. (Texto para discussão, n. 147). Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/>>. Acesso em: 20/11/12.

\_\_\_\_\_. **A reestruturação das empresas e o emprego de classe média**. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso B. e MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (orgs.). *Crise e trabalho no Brasil – modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996. p. 171-187.

SALATA, A. **Notas sobre a tese da Nova Classe Média Brasileira**. Observatório das Metrópoles, 2012.

SCALON, C. SALATA, A. **Uma Nova Classe Média no Brasil da Última Década? O debate a partir da perspectiva sociológica**. Revista Sociedade e Estado - Volume 27 Número 2 - Maio/Agosto 2012

SILVA, M. O. S; YAZBEK, M. C; GIOVANNI, G. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 6ªed. São Paulo: Cortez, 2012.

SOBRINHO, G. G. de F. X. “‘Classe C’ e sua alardeada ascensão: nova? Classe Média? Índice Econômico”. *FEE*, v. 38, n. 4, 2011, p. 57-80.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TRÓPIA, P. V. **A inserção de classe dos assalariados não-manuais: um debate com a bibliografia marxista sobre a classe média**. In: 30ª Reunião Anual da ANPED, 2007, Caxambu. Resumos: ANPED - 30 anos de pesquisa e compromisso social. Rio de Janeiro: ANPED, 2007. v. 1.

\_\_\_\_\_. Nova classe média: uma síntese do capitalismo. IHU, 2008. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/17247-nova-classe-media-uma-sintese-do-capitalismo-entrevista-especial-com-patricia-tropia>>. Acesso em: 03/07/2013.

UCHÔA, C. Kerstenetzky, C. L. **É a ‘nova classe média’ classe média? O que diz a Pesquisa de Orçamentos Familiares (2008-2009)**. Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento Regional - UFF. Niterói, 2012.

VICENTE, E. **Nova classe média: um delírio coletivo?** VI Encontro Nacional de Estudos de Consumo. Rio de Janeiro, 2012.

VIEIRA, C. R. ; BAGOLIN, I. P. . **Mobilidade Intrageracional e Intergeracional de Renda no Rio Grande do Sul nos Períodos Pré e Pós Estabilização Econômica**. In: IV Encontro de Economia Gaúcha, 2008, Porto Alegre. Anais IV EEG. Porto Alegre: ediPUCRS, 2008. v. a. p. 97-110.

WOOLDRIDGE, J.M. **Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data**. The MIT Press, 2002.

WORLD BANK. **Economic Mobility and the Rise of the Latin American Middle Class**. 2012. Disponível em: <  
<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/11858/9780821396346.pdf>>. Acesso em: 15/12/12.

## ANEXOS

### ANEXO A – Código PNAD-SAS

**%MACRO PNAD(AnoRef);**

**proc sql;**

create table pnad\_&AnoRef.\_left as

select \*

from pes&AnoRef. as a left join

dom&AnoRef. as b

on a.V0102=b.V0102 and a.V0103=b.V0103 ;

**quit;**

**data PNAD\_&AnoRef.\_;**

set PNAD\_&AnoRef.\_left;

if v4721 = 999999999999 then delete /\*RENDA DOMICÍLIO - BASE PES\*/;

if v0201=1 or v0201=3;

if v0401>=6 then delete;

if v4721 <= 751 then Fx\_Neri = 751; else

if v4721 <= 1200 then Fx\_Neri = 1200; else

if v4721 <= 5174 then Fx\_Neri = 5174; else

Fx\_Neri = 5175;

if v4721 <= 775 then Fx\_Perc = 775; else

if v4721 <= 1297 then Fx\_Perc = 1297; else

if v4721 <= 3290 then Fx\_Perc = 3290; else

Fx\_Perc = 3291;

length Reg \$8.;

if UF in (11,12,13,14,15,16,17) then Reg ='norte';else

if UF in (21,22,23,24,25,26,27,28,29) then Reg ='nordeste'; else

if UF in (31,32,33,35) then Reg='sudeste'; else

if UF in (41,42,43) then Reg='sul';else

if UF in (50,51,52) then Reg='centro';else

Reg='DF';

if v9058 = . then v9058 = 0;

if v9101 = . then v9101 = 0;

if v9105 = . then v9105 = 0;

hrs= (v9058\*1)+(v9101\*1)+(v9105\*1);

/\*-----ocupação-----\*/

/\*Empregado com carteira de trabalho assinada = 01 \*/

/\*Militar=02 \*/

/\*Funcionário público estatutário=03\*/

/\*Outro empregado sem carteira de trabalho assinada=04 \*/

```

/*Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada=06 */
/*Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada=07 */
/*Conta própria=09 */
/*Empregador=10 */
/*Trabalhador na produção para o próprio consumo=11 */
/*Trabalhador na construção para o próprio uso=12 */
/*Não remunerado=13 */
/*Não aplicável*/

```

```

if v4706 in (01, 06)      then ocupacao = 1 /*com carteira assin*/;else
if v4706 in (04, 07)      then ocupacao = 2 /*sem carteira assin*/;else
if v4706 in (02, 03)      then ocupacao = 3 /*func pub*/;else
if v4706 in (09)          then ocupacao = 4 /*Conta própria*/;else
if v4706 in (10)          then ocupacao = 5 /*Empregador*/;else
if v4706 in (11, 12, 13)  then ocupacao = 6 /*outros*/;else
                           ocupacao = .;

```

```

/*-----tipo família-----*/

```

```

/*01 Casal sem filhos */
/*02 Casal com todos os filhos menores de 14 anos*/
/*03 Casal com todos os filhos de 14 anos ou mais*/
/*04 Casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais*/
/*06 Mãe com todos os filhos menores de 14 anos*/
/*07 Mãe com todos os filhos de 14 anos ou mais*/
/*08 Mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais*/
/*10 Outros tipos de família*/

```

```

if v4723 in (01, 03,04)   then famil = 1 /*casal com filhos*/;else
if v4723 in (02)          then famil = 2 /*casal sem filhos*/;else
if v4723 in (06, 07, 08)  then famil = 3 /*mãe com filhos*/;else
                           famil = 4 /*outros*/;

```

```

/*-----tipo de trabalho manual-----*/

```

```

if V9906 in
(1111,1112,1113,1122,1123,1130,1140,1210,1219,1220,1230,1310,1320)
then trab = 1 /*dirigente*/;else

```

```

if V9906 in
(2011,2012,2021,2111,2112,2121,2122,2123,2124,2125,2131,2132,2133,2134,2140,21
41,2142,2143,2144,2145,2146,2147,2148,2149,2151,2152,2153,2211,2221,2231,2232,
2233,2234,2235,2236,2237,2410,2412,2419,2421,2422,2423,2511,2512,2513,2514,251
5,2516,2521,2522,2523,2524,2525,2531,2611,2612,2613,2614,2615,2616,2617,2621,2
622,2623,2624,2625,2627,2631,2311,2312,2313,2321,2330,2391,2392,2394,2340,4101
,4102,4201,5101,5102,5103,5201,6201,6301,7101,7102,7201,7202,7301,7601,7602,76
03,7604,7605,7606,7701,7401,8101,8102,8103,7801,8401,8201,8202,8301,8601,9101,
9102,9109,9501,9502,9503,7501,7502,0100,0200,0300,0401,0402,0403,0411,0412,050
1,0502,0503,0511,0512)
then trab = 2 /*não manual*/;else

```

```

        if V9906 in
(3001,3003,3011,3012,3111,3112,3113,3114,3115,3116,3117,3121,3122,3123,3131,31
32,3134,3135,3136,3137,3141,3142,3143,3144,3146,3147,3161,3162,3163,3171,3172,
3189,3191,3192,3201,3210,3211,3212,3213,3214,3221,3222,3223,3224,3225,3231,323
2,3241,3242,3250,3251,3252,3253,3281,3311,3312,3313,3321,3322,3331,3341,3411,3
412,3413,3421,3422,3423,3424,3425,3426,3511,3512,3513,3514,3515,3516,3517,3518
,3522,3523,3524,3525,3531,3532,3541,3542,3543,3544,3545,3546,3547,3548,3711,37
12,3713,3721,3722,3723,3731,3732,3741,3742,3743,3751,3761,3762,3763,3764,3765,
3771,3772,3773,3911,3912)
        then trab = 3 /*manual qualificado*/;else

        if V9906 in
(4110,4121,4122,4123,4131,4132,4141,4142,4151,4152,4211,4212,4213,4214,4221,42
22,4223,4231,4241,5111,5112,5114,5121,5131,5132,5133,5134,5141,5142,5151,5152,
5161,5162,5165,5166,5167,5169,5171,5172,5173,5174,5191,5192,5198,5199,5211,522
1,5231,5241,5242,5243,6210,6229,6239,6319,6329,6410,6420,6430,7111,7112,7113,7
114,7121,7122,7151,7152,7153,7154,7155,7156,7157,7161,7162,7163,7164,7165,7166
,7170,7211,7212,7213,7214,7215,7221,7222,7223,7224,7231,7232,7233,7241,7242,72
43,7244,7245,7246,7250,7251,7252,7253,7254,7255,7256,7257,7311,7312,7313,7321,
7411,7421,7610,7611,7612,7613,7614,7618,7620,7621,7622,7623,7630,7631,7632,763
3,7640,7641,7642,7643,7650,7651,7652,7653,7654,7660,7661,7662,7663,7664,7681,7
682,7683,7686,7687,7811,7813,7817,7820,7821,7822,7823,7824,7825,7826,7827,7828
,7831,7832,7841,7842,8110,8111,8112,8113,8114,8115,8116,8117,8118,8121,8131,81
81,8311,8321,8339,8411,8412,8413,8416,8417,8421,8423,8429,8484,8485,8491,8492,
8493,8211,8212,8213,8214,8221,8231,8232,8233,8281,8611,8612,8621,8622,8623,862
4,8625,8711,9111,9112,9113,9131,9141,9142,9143,9144,9151,9152,9153,9154,9191,9
192,9193,9511,9513,9531,9541,9542,9543,9911,9912,9913,9914,9921,9922,7711,7721
,7731,7732,7733,7734,7735,7741,7751,7764,7771,7772,7519,7521,7522,7523,7524,61
10,6129,6139,0413,0513)
        then trab = 4 /*manual não qualificado*/;else
        trab = .;

/*-----gasto_moradia-----*/
if v0207=3 /*alugado*/ then gasto_moradia = v0208/v4721 /*vlr aluguel/renda*/; else
if v0207=2 /*próprio*/ then gasto_moradia = v0209/v4721 /*vlr prestação/renda*/;

/*-----pessoa referência-----*/
if V0401 = 1 then pess_ref = 1; else pess_ref = 0;

/*-----qtd ocupações-----*/
if v9005 = 1 then qtd_ocup =1; else
if v9005 = 3 then qtd_ocup =2; else
if v9005 = 5 then qtd_ocup =3; else
        qtd_ocup = 0;

/*-----nível de estudo 2009/2011-----*/
if V6003 in (06,07,08,09) then educ_1 = 1 /*alfabetização/infantil*/;else
if V6003 in (01,03) then educ_1 = 2 /*fundamental*/;else
if V6003 in (02,04,10) then educ_1 = 3 /*medio*/;else
if V6003 in (05) then educ_1 = 4 /*superior*/;else

```

```

if V6003 in (11)                then educ_1 = 5 /*pós*/;else
                                educ_1 = .;
if v6007 in (01,10,11,12,13)    then educ_2 = 1 /*alfabetização/infantil*/;else
if v6007 in (04,06)            then educ_2 = 2 /*fundamental*/;else
if v6007 in (02,03,05,07)      then educ_2 = 3 /*medio*/;else
if v6007 in (08)               then educ_2 = 4 /*superior*/;else
if v6007 in (09)               then educ_2 = 5 /*pós*/;else
                                educ_2 = .;

```

```

if educ_2 ne . then educ_3 = educ_2; else
if educ_2 = . then educ_3 = educ_1;

```

**run;**

```

data PNAD_&AnoRef._PesRef;
set PNAD_&AnoRef._;
where pess_ref = 1;
run;

```

```

data PNAD_&AnoRef._PesRef_1;
set PNAD_&AnoRef._PesRef;

```

```

if v4721 > 5174 then delete /*RENDA DOMICÍLIO - BASE PES*/ ;

```

```

IF v4721 <= 1200 THEN Y=0 /*pobre*/; ELSE Y=1 /*Classe C*/;

```

```

IF V0302 = 2 /*homem*/ THEN SEXO= 0; ELSE SEXO =1 /*mulher*/;

```

```

if V0404 in (9,.) then delete;

```

/\*nordeste tomado como base\*/

```

IF Reg='norte'      then norte = 1      ;else norte = 0;
if Reg='sudeste'    then sudeste=1      ;else sudeste=0;
if Reg='sul'        then sul=1          ;else sul=0;
if Reg='centro'     then centro=1       ;else centro=0;
if Reg='DF'         then DF=1           ;else DF=0;

```

/\*com sem cart tomado como base\*/

```

if ocupacao = 1      then carteira      = 1;else carteira      = 0;
if ocupacao = 3      then func publ     = 1;else func publ     = 0;
if ocupacao = 4      then conta_pro     = 1;else conta_pro     = 0;
if ocupacao = 5      then ocu_empregador = 1;else ocu_empregador = 0;
if ocupacao in (6,.) then ocu_outros    = 1;else ocu_outros    = 0;

```

/\*manual\_n\_quali tomado como base\*/

```

if trab = 1          then dirigente     = 1;else dirigente     = 0;
if trab = 3          then manu_quali    = 1;else manu_quali    = 0;
if trab = 2          then n_manu        = 1;else n_manu        = 0;
if trab = .          then trab_outros   = 1;else trab_outros   = 0;

```

```

/*mae_c_fil tomado como base*/
if famil = 2      then casal_s_fil      = 1;else casal_s_fil      = 0;
if famil = 1      then casal_c_fil      = 1;else casal_c_fil      = 0;
if famil in (4,.) then fam_outros       = 1;else fam_outros       = 0;

/* preta tomado como base*/
if V0404 = 2      then branca      = 1;else branca      = 0;
if V0404 = 6      then amarela     = 1;else amarela     = 0;
if V0404 = 8      then parda       = 1;else parda       = 0;
if V0404 = 0      then indigena     = 1;else indigena     = 0;

/* alfabe tomado como base*/
if educ_3 = 4      then superior    = 1;else superior    = 0;
if educ_3 = 2      then fund        = 1;else fund        = 0;
if educ_3 = 3      then medio       = 1;else medio       = 0;
if educ_3 = 5      then pos         = 1;else pos         = 0;
if educ_3 = .      then educ_outros = 1;else educ_outros= 0;
run;

%MEND;

%PNAD(2002)
%PNAD(2005)
%PNAD(2009)
%PNAD(2011)

/* Replicar ano a ano*/

proc logistic data=PNAD_2011_PesRef_1;
WEIGHT V4729;
model Y=
DF norte sudeste sul centro
carteira func publ conta pro ocu empregador ocu_outros
dirigente manu_quali n_manu trab_outros
casal_s_fil casal_c_fil fam_outros
branca amarela parda indigena
superior fund medio pos educ_outros
hrs;
run;

```